

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de junho de 2021, às 14h20min, foi realizada a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, através do aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (YouTube) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2021), nos termos da Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. Pauta do dia: **1.** Comunicações Gerais; **2.** Vaga na Comissão Eleitoral da eleição da sociedade civil 2021 do CMPU; **3.** Definição dos membros para vaga no FUNDURB; **4.** Validação da alteração de representantes na CTLU; **5.** Revisão do PDE; **6.** PIU Ibirapuera. **01)** O Presidente, Sr. Cesar Azevedo, agradecendo a presença, iniciou a reunião às 14h20min, esclarecendo os procedimentos para uso da palavra durante a reunião. Em seguida, passou a palavra para a Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, para a leitura do primeiro item da pauta referente às comunicações gerais. **02)** Com a leitura da Secretária Executiva, foi dada ciência e posse da Apostila da Portaria SGM 128 /2021 (D.O.C. 13/05/2021), Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT, Titular: Juan Manuel Quirós Sadir, Suplente: Paola Rivatto da Silva; e dando Posse das(os) conselheiras(os) da PORTARIA SGM 190 (D.O.C. 11/06/2021) a saber: Conselho Participativo Municipal, Macrorregião Norte 1, Titular: Marina Correia da Silva, Suplente: Fernando Rangel; Macrorregião Norte 2, Titular: Simone Aparecida dos Santos Oliveira, Suplente: Francisco João Moreirão de Magalhães; Macrorregião Oeste, Titular: Maurício Ramos de Oliveira, Suplente: Maria Angélica Oliveira; Macrorregião Leste 1, Titular: Elodia Fátima Phillipni, Suplente: Osni Pandori; Macrorregião Leste 2, Titular: Ademilson Ferreira, Suplente: Maria Aparecida Vieira; Macrorregião Sul 1, Titular: Durval Tabach, Suplente: Rosangela de Oliveira Silvente; Macrorregião Sul 2, Titular: Wellyene Gomes Bravo, Suplente: Alexandre Leite Praça Marx; Macrorregião Centro: Titular: Stela de Camargo Dalt, Suplente: Francisco Claudio do Nascimento; foi dada ciência das Atas da 62ª Reunião Ordinária, 63ª Reunião Ordinária – Parte I (08/04) e 63ª Reunião Ordinária – Parte II (30/04), após verificação que não houve considerações a respeito das atas. **03)** A Conselheira Wellyene Gomes Bravo, titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, pediu uma questão de ordem para solicitar que constasse registrada

no extrato a seguinte fala, a qual fez a leitura: “Prezados conselheiros e prezadas conselheiras, hoje 24 de junho, é com imenso prazer que nós dos conselhos participativos municipais da cidade de São Paulo iniciamos nossas atividades junto ao colegiado ao CMPU. É possível que muito de vocês não saibam, mas o processo de escolha dos representantes do CPM ocorreu de forma confusa, truncada, e por vezes conflituosas. Estamos há um ano e meio sem poder ocupar as vagas do CMPU, em decorrência da falta de divulgação do processo para os CPMs da omissão do poder público e apesar de hoje esse ser um capítulo aparentemente superado, é importante ressaltar que houve tentativa de interferir na escolha dos titulares e suplentes para o CMPU. O processo esbarrou na necessidade de cumprimento de paridade de gênero e foi conduzido sem observância da autonomia de órgãos colegiados. O CMPU é um órgão de garantia da gestão democrática da cidade em que se estudam e se propõem diretrizes para formulação, implementação, acompanhamento e avaliação do PDE. Enfrentado tal órgão tem se reunido sem a participação de 8 titulares e respectivos suplentes, quase um quarto dos segmentos da sociedade civil, composto por 34 membros, com mais de um quarto, se considerarmos as vagas não preenchidas nesse segmento. Essa defasagem comprometeu a representação da sociedade civil na escolha e processo eleitoral das comissões como a CTLU, CIMPDE, Comissão de Regimento, Comissão Eleitoral, FMSAI e etc. Diante disso, em nossa primeira manifestação perante vossas senhorias, propomos que seja refeito o processo de indicação e eleição dos representantes do CMPU para as referidas comissões, a fim de que os novos conselheiros possam participar da escolha e/ou do processo eleitoral. Propomos também que sejam refeitas as apresentações a respeito da revisão do PDE. Essas propostas são de importância central para garantir a participação, transparência e legitimidade das discussões realizadas”. **04)** O Presidente passa então a palavra para o Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra – Leste 1 (MST LESTE 1). **05)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro enfatizando ainda sobre o ponto do Conselho Participativo, fez um registro que acha relevante inclusive para poder discutir a regularidade do funcionamento do Conselho de Política Urbana. Ponderando que acha que é de conhecimento de todos, referindo a isso a partir de um artigo que leu da Professora Bianca Tavorali, em que o Supremo Tribunal Federal julgou a questão dos conselhos de representantes. Destacou de forma sintética que o conselho de

representantes foi instalado a partir da aplicação dos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município, mas o Ministério Público entendeu que havia uma inconstitucionalidade e por conta disso sobreveio à lei do conselho participativo municipal e disse que o conselho participativo ele tem uma função enquanto não há o julgamento dessa questão pelo STF. Ressaltando que o STF julgou a questão em 2019 e considerou que o conselho de representantes que ele é um conselho que está constitucionalmente adequado e que o município poderia criar o conselho de representantes. Pontuou que deste modo hoje se tem uma circunstância que na realidade a prefeitura deveria estar viabilizando o funcionamento do conselho de representantes com funções muito parecidas com as funções do conselho participativo e o que levaria a extinção do Conselho Participativo Municipal. Enfatizando, ainda, que isto parece uma questão relevante porque o Conselho Participativo tinha claramente essa função de existir enquanto não fosse possível implementar o Conselho de Representantes. Por fim pediu para que ficasse registrado esta manifestação no sentido que é preciso se debruçar sobre a legalidade da existência do Conselho Participativo tendo em vista a decisão do STF. Destacou que é evidente que os conselheiros que estão foram eleitos, têm um mandato para exercer, ressaltando que a solução desse problema não pode implicar na redução dos direitos dos conselheiros atualmente em exercício, mas que é necessário olhar para esta questão porque parece uma ilegalidade clara a existência do Conselho Participativo Municipal quando na realidade a lei orgânica requer para mesma tarefa o Conselho de Representantes. **06)** O Presidente passa a palavra à Conselheira suplente das Associações de Bairros 3, Renata Esteves de Almeida Andretto, representante da Associação dos Amigos e Moradores Pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança – ASSAMPALBA. **07)** Renata Esteves de Almeida Andretto, iniciou apoiando as falas da Conselheira Wellyene Gomes Bravo e do Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, e pontuou que com relação à ata da 62ª Reunião Ordinária que foi apresentada, como não houve participação dos representantes da Associação de Bairro, não há o que manifestar, mas com relação à ata da 63ª Reunião Ordinária apresentada fez duas observações que dizem respeito exatamente a sua fala, ponderando antes que deveria ser adotada para a ata a mesma técnica utilizada pelas operações urbanas, especificamente a da Faria Lima em que numera as linhas, destacando que fica mais fácil para fazer as observações. Feita esta observação chama a atenção para a linha 6 da página 4 em que fazem referência a uma manifestação sua

dizendo o seguinte: “Em nova resposta, a Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto, afirmou de que a intenção não é atrasar com o procedimento”. Enfatizando que está escrito assim e que isso não tem contexto, pediu para chamar o áudio dessa reunião para dizer que ela fez esta referência porque o Senhor Secretário em sua fala imediatamente anterior ele fez referência à possibilidade de se haver o atraso no procedimento, ressaltando que daí é que veio a sua manifestação. Desta forma, enfatizou que gostaria de solicitar que este ponto da fala do Senhor Secretário ficasse registrado na ata, porque ainda se sente falta. A Conselheira pontuando com relação à linha 8, ressaltou que existe uma coisa que exatamente merece correção, e o que faz referência ao Decreto Municipal nº 56.268/2015, que diz que o material deliberativo deverá ser encaminhado com cinco dias de antecedência, o que ocorreu com a minuta de resolução. Enfatizando que na verdade não ocorreu, porque foi essa exatamente a objeção nesta questão de ordem que esta relatada nestas páginas. Desta forma, pediu, por favor, para que fossem registradas estas duas correções. **08)** O Presidente agradeceu a Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto pelas colocações, destacando sobre os eventuais ajustes nas atas das reuniões anteriores será verificado quanto às falas, pediu para conselheira se ela quisesse mandar por e-mail a sugestão ajudaria a ajustar o texto das atas anteriores, com relação às demais colocações, informou que o processo de seleção dos candidatos do CPM, foi executado pela Secretaria Executiva de Relações Institucionais, com apoio e parecer de diversos entes da Prefeitura. Conforme havia se comprometido a sanar esse problema, anteriormente à próxima reunião do CMPU, os novos membros foram nomeados. Referente ao que o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro colocou, destacou que acha que é válido que a partir de agora que os(as) conselheiros(as) apontem o que eventualmente acham pertinente a ser corrigido nos processos de seleção e de escolha de representantes, ressaltando que deve-se trabalhar nessa maneira de revisão, solicitando assim contribuições e sugestões dos(as) Conselheiros(as) pedindo inclusive para enviar por e-mail a Secretaria Executiva do Conselho, começando a se formatar propostas com base naquilo que for encaminhado e se começa a discutir com o conselho e aí se estipula um prazo para que se consiga rever todo esse regramento. **09)** A Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Centro, Stela de Camargo Dalt, ressaltando que como não participaram das reuniões passadas pelos motivos que já foram colocados, fez uma questão de ordem no sentido que não puderam

participar do processo de algumas comissões e que se tem interesse. Questionando assim como isso será feito a partir de agora, também destacou que não acompanharam as apresentações sobre a revisão que foram feitas nas reuniões passadas, ressaltando que isso precisaria começar a ser feito porque os conselheiros acabaram de chegar e precisaria voltar um pouco atrás. **10)** O Presidente dizendo que entendeu a conselheira, ressaltou que abriu essa exceção considerando que é sua primeira reunião e foi muito pertinente o que foi colocado pela conselheira, destacou que será encaminhado para todos conselheiros as atas das reuniões anteriores, assim como também a elaboração dos processos, as regras, as formações das comissões, embora que está tudo disponível no site de maneira virtual, para que se possa trabalhar em conjunto se encaminha também para os conselheiros tenham conhecimento e se possa prosseguir. **11)** O Presidente pediu para a Secretária Executiva seguir com o próximo item da pauta. **12)** A Secretária executiva enfatizou com relação às atas, esclareceu que quando é encaminhado o material os conselheiros podem fazer qualquer manifestação para a Secretaria Executiva do CMPU por e-mail que será registrada, e se precisar traz na reunião ou já faz a correção e leva para reunião a ata corrigida ou o que precisar ser feito até com antecedência. Com relação ao segundo item de pauta, comunicou a existência de uma vaga na Comissão Eleitoral da eleição da sociedade civil 2021 do CMPU, em razão da renúncia da Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva (Titular 3) é disponibilizada ao(s) Conselheiras(os). Ressaltou que não foi recebida nenhuma inscrição por e-mail com antecedência, então desta forma estava sendo colocada na reunião para inscrição a vaga em aberto. Após os esclarecimentos das dúvidas com relação à vaga, ela foi preenchida pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, Suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2. **13)** A Conselheira titular das entidades profissionais ligadas à área de planejamento urbano-ambiental, Simone Ferreira Gatti, representante do IAB, dizendo que teria dois pontos de fala, disse quealaria antes brevemente sobre a comissão eleitoral, destacando que gostaria de saber como está o processo de revisão, destacando que houve uma minuta que foi encaminhada em abril para comissão eleitoral sobre o processo eleitoral para que as eleições fossem realizadas em agosto. Enfatizando que a partir daquele calendário apresentado o processo vai estar atrasado, ressaltando que ainda não foi aberto o cronograma para a inscrição dos interessados na eleição, pediu para que se esclarecesse em que pé está isso, e qual é o calendário previsto. Enfatizando

que o outro ponto é uma questão de ordem a respeito do Grupo de trabalho para revisar o regimento interno do Conselho, ressaltou que esse Grupo de Trabalho ainda não foi chamado para nenhuma reunião, observando que na reunião retrasada do CMPU a coordenação afirmou que os(as) conselheiros(as) receberiam uma minuta do regimento que estava sendo elaborada pela Prefeitura e nada teria sido encaminhado, desta forma querem um posicionamento sobre o andamento desse grupo de trabalho e quando poderia começar a debater realmente a revisão do regimento fundamental para sequência dos trabalhos deste Conselho. **14)** O Próximo com a palavra foi o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro que enfatizando que tinha conseguido anotar que esta comissão eleitoral tinha sido criada pela Resolução SMULATECC.CMPU.001.2021, mas quando vai ao site este número se refere a um outro tema, questiona se teria o número correto ou da portaria que criou a comissão eleitoral. Ressaltou ainda, frisando ser um pouco na linha da Simone Ferreira Gatti gostaria de saber se existem mais informações disponíveis sobre o funcionamento dessa comissão sob a perspectiva da eleição, evidentemente por estar muito próximo de agosto, está em uma fase do Plano São Paulo que não recomenda grandes aglomerações, boa parte das subprefeituras não estão tendo atendimento ao público normalizado, então quer saber se já existe alguma discussão em torno de como a eleição vai ser conduzida. **15)** A Conselheira titular das Organizações Não Governamentais (ONG'S), com atuação na área urbano ambiental, Danielle Cavalcanti Klintowitz, representante do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS foi a próxima a falar, observando que também gostaria de falar desse ponto da eleição, reforçou o que foi dito pelos colegas anteriormente e que fosse apresentado para o CMPU um cronograma atualizado da eleição porque obviamente não poderá ser realizada em agosto já que se está quase no começo de julho e ainda hoje está se elegendo membros para comissão e nenhum cronograma foi apresentado desde abril e reforçar que considera que neste momento não há condições de fazer a eleição do CMPU com segurança sanitária. Enfatizou novamente que gostaria de saber o que a Prefeitura está pensando a respeito disso, e gostaria de receber um cronograma e as atas do que foram discutidas na comissão eleitoral. **16)** O Conselheiro suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Oeste, Francisco João Moreirão de Magalhães, pediu a palavra para deixar registrado como questão de ordem o seguinte. Com relação à fala do Presidente que disse que o processo de eleição dos CPMs encaminhados e

determinados pela Secretária de Relações Institucionais, ressaltou que, no entanto são muitos os textos em que a Secretaria de Relações Institucionais nos informava que era determinação de SMUL que, portanto não poderiam fazer nada. Enfatizou que está levantando esta questão porque é importante que a Prefeitura fale uma coisa só e um não fique empurrando responsabilidade para o outro, senão todos ficam vendidos e imagina como vai ser uma eleição com esse estilo, cada um responsabiliza o outro e não se acaba tendo acesso. Ponderando que acha a questão muito importante quer que fique registrado, para que seja bem coordenado, para que possa ter as informações de uma forma que uma secretaria não responsabilize a outra, porque senão não acaba fazendo um processo que seja realmente democrático. **16)** O Presidente ressaltando que de acordo com o que foi colocado nos apontamentos do plenário, enfatizou que primeiro para se conseguir continuar o processo de elaboração eleitoral era necessário definir a vaga da comissão que estava vaga em razão da renúncia da conselheira, e para que isso pudesse acontecer e foi definido pelo CMPU que só poderia ter essa deliberação após a composição das 08 vagas que estavam em discussão, sanado isto, conseguiu se ter a composição das 08 vagas e se conseguiu agora deliberar e preencher esta terceira vaga da sociedade civil que estava em aberto. O Presidente ponderou que feito isso a Comissão Eleitoral composta e completa se consegue trabalhar o calendário eleitoral e também como vai se dar os próximos passos considerando sempre todos os protocolos sanitários que deverão ser respeitados e seguidos. Sobre a Resolução esclareceu ao Conselheiro Edilson Henrique Mineiro que será checado se há essa divergência no site, caso esteja será corrigida e encaminhada aos conselheiros para que tenham a mesma informação e qualquer erro formal seja sanado. Quanto à questão da responsabilidade, levantada pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães esclareceu que o processo é conduzido pela Secretaria de Relações Institucionais com base em algumas informações que a SMUL apresenta, mas o processo eleitoral é lá sobre a composição das macrorregiões. Enfatizando que o que está sendo tratado pela comissão eleitoral será um processo conduzido pelo Conselho Municipal de Política Urbana, ressaltou que a informação tem que ser uma só e se pairar alguma dúvida pode encaminhar que será remetida a eles se for atribuição deles responder, agora se SMUL conseguir responder será respondido direto ao conselheiro. Sobre a questão do Regimento interno levantada pela Conselheira Simone Ferreira Gatti, o Presidente ressaltou que como o CMPU não

estava completo, estava impossibilitado qualquer deliberação, qualquer que seja ela, com esta composição formada vai se retomar esse assunto, destacando que já foi encaminhado para Assessoria Jurídica, já se tem manifestação e será encaminhada a minuta e esperará as contribuições dos conselheiros e das conselheiras. **17)** Em relação ao terceiro item de pauta sobre a definição dos membros para vaga no FUNDURB, remanescente da sessão anterior, após a apresentação do tema pela Secretária Executiva, foi sucedido de debates e acatada a inscrição da Conselheira Maria Angélica Oliveira, suplente do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste, para a disputa na vaga, além das Conselheiras Sandra Ramalho, titular do CMTT e Viviane Manzione Rubio, titular da FAU Mackenzie, na sequência as candidatas em disputa da vaga no FUNDURB se apresentaram. Após apresentação, conforme proposta formulada pelo Conselheiro Edilson Henrique Mineiro e acatada pelo Conselho após consulta do Senhor Presidente, foi prorrogada a deliberação para a próxima reunião do CMPU, fixado que não serão admitidas novas candidaturas além das mencionadas. **18)** Em relação ao quarto item de pauta, sobre alteração de representantes na CTLU, remanescente da sessão anterior, após a Secretária Executiva apresentar o tema, esta foi validada, por unanimidade, resultando na proposta de resolução com as indicações para a entidade do Setor Empresarial do segmento Acadêmico e Técnico-Profissional de Priscila Rigon Fecher como titular da 3ª representação e Tânia Pantano como suplente da 9ª representação. **19)** Em relação à Revisão do PDE foi apresentada pela Secretária Executiva a Minuta de Resolução para acompanhamento dos trabalhos da revisão, remanescente da sessão anterior, ressaltando que foi encaminhada com antecedência e não recebeu nenhuma manifestação. **20)** Após a apresentação da minuta de resolução o Presidente enfatizou que na reunião passada foi feita a apresentação do que viria ser o processo de revisão do Plano Diretor, ressaltando que não foi feita nenhuma deliberação, e que foi encaminhada para os conselheiros, conforme o regimento, para ser deliberada nesta reunião. **21)** O Presidente abriu para os inscritos se manifestarem sobre o tema. **22)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro enfatizando que em relação a esta resolução iria fazer primeiro uma questão preliminar ressaltou que o Conselho de Política Urbana precisa debater os temas, destacando que precisa verificar se ele tem atribuição clara para deliberar sobre determinados temas. Observando que entende que hoje os regimentos internos existentes não deixam claro em que circunstâncias o Conselho

delibera e que circunstâncias o Conselho não delibera, enfatizou que não vê que tenha condições legais do Conselho deliberar por esta resolução já como uma questão preliminar. Enfatizou ainda que parece que ela não tem base legal para que o Conselho delibere sobre isso, ressaltando que independentemente sobre esta questão preliminar, destacou que acha que no mérito tem vários problemas sérios na resolução, não para dramatizar, mas porque acha que tem que se dedicar a eles. Ponderou que não é achando que aprovar, vai pacificar a questão, enfatizando que não vai, destacou que o problema que queria se dedicar basicamente seria qual o papel do Conselho Política Urbana no processo de revisão do plano diretor. Enfatizando que o papel é central, ele é o órgão principal, destacou que parece que o conselho delegar isso para uma comissão está abrindo mão de uma atribuição que é claramente uma atribuição do seu colegiado. Observou ainda que esta comissão não está formatada no projeto de resolução elaborado, ressaltou que então há uma possibilidade inclusive que essa comissão se quer represente os segmentos que estão presentes no pleno. Enfatizou ainda que entende que o papel de acompanhar o processo de revisão do plano diretor é um papel do Conselho de Política Urbana, ressaltando que não é um papel de uma comissão do Conselho de Política Urbana, ponderou que é uma incompatibilidade, que não é uma forma de operacionalizar o debate, isto é uma forma de cercear a participação do Conselho de Política Urbana no debate do plano diretor. Ressaltou ainda que ademais esta resolução tem outras instâncias como esse conselho intersecretarial e outras instâncias que também não estão formatadas, ponderando que por cautela não deveria deliberar sobre esta resolução, deveria abrir um debate sobre o conteúdo dessa resolução e de forma concomitante a elaboração do regimento interno que deixasse claro o que é deliberativo e o que não é, e pudesse voltar a discutir esta resolução. Enfatizou, por fim, que parece totalmente impertinente discutir esta resolução neste momento e aprovar o conteúdo dela. 23) A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz iniciou dizendo que concorda com o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, achando impertinente a deliberação neste momento e que tem vícios, o primeiro colocado pelo Conselheiro Edilson de que não está claro se é mérito do Conselho do CMPU deliberar sobre este assunto, sobre esta resolução e uma segunda questão que a “ata” (sic)(o correto é pauta) não dizia que era uma deliberação sobre a resolução, a “ata” (sic)(o correto é pauta) dizia revisão do plano diretor, ressaltando que para que houvesse uma deliberação da resolução a “ata”(sic)(o correto é

pauta) de convocação, a convocatória tinha que ter esclarecido que se pretendia fazer a deliberação da resolução. Enfatizando que acha que ai tem um vício que impede de fazer essa deliberação agora e na questão do mérito destacou que esta comissão é absolutamente inadequada, ela cerceia a participação dos conselheiros do CMPU, ressaltando que o CMPU tem muitos conselheiros e não podem estar restringidos a três conselheiros que terão o privilégio de discutir o plano diretor. Ressaltou ainda que esse conselho deve discutir na íntegra o plano diretor. Esclarecendo que tinha entendido que este ponto da “ata”(sic)(*o correto é pauta*) seria para a Prefeitura apresentar o andamento do que está acontecendo na revisão do plano diretor destacou que é surpreendida com a deliberação da resolução, pedindo então que fosse apresentado como esta o processo, a metodologia que a empresa contratada está utilizando, em que fase está, o que foi feito, que processo participativo já foi aberto e como anda o cronograma. **24)** A Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto iniciou dizendo que iria concordar inteiramente com o que falaram o Edilson e a Danielle, colocando com muita ênfase que a ata, decidido por todas as instâncias conhecidas que a “ata”(sic)(*o correto é pauta*) deve refletir exatamente o que é que deve acontecer, o que está previsto para acontecer na reunião e que não há este item deliberação sobre esta resolução. Ressaltou que quer dizer que quando a Secretária Executiva apresentou a resolução faltou colocar o anexo, que é o cronograma, enfatizando que surpreende muitíssimo porque é um cronograma que já começou em janeiro, para fazer esta observação importante. Enfatizou ainda, que queria chamar a atenção que esse conselho, é um conselho de estatura constitucional, e que não é alguma coisa que pode ser feita assim ao sabor de regras menores, ressaltando que é obrigação sim desse conselho discutir esse assunto nos termos do artigo 329 do PDE, e que não pode ter uma mitigação disso, para ser reduzido para uma discussão de uma comissão interna. Enfatizou também, que então de todas as maneiras parece que em primeiro lugar a deliberação não é possível nesta reunião e em segundo lugar a resolução tem um conteúdo que não condiz no que parece com as atribuições do artigo 329, e o cronograma está superado e o Conselho não pode ser tratado com nada menos do que é a sua estatura constitucional. Observou que o Conselho não é um conselho formal, ele é um conselho de conteúdo técnico e os conselheiros não podem esperar nada menos que um tratamento condizente com essas premissas constitucionais. **25)** A Conselheira Stela de Camargo Dalt dizendo que segue o Edilson, a Renata e a Danielle em suas colocações

de não ter muito cabimento deliberar sobre esta minuta, ressaltou que tem a falta do cronograma na apresentação agora na reunião. Enfatizando que se os Conselheiros Participativos tomaram posse hoje e devido esse atraso as comissões, o GT de regimento interno não foi mobilizado, ressaltou que então não tem sentido o próprio cronograma do Plano Diretor ter decorrido todo esse tempo obedecendo a uma regra diferente desta que está ocorrendo para outras instâncias internas ao CMPU. Ressaltou ainda, que o cronograma está defasado e não foi apresentado agora para os conselheiros. **26)** O Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães iniciou apoiando a fala das Conselheiras e do Conselheiro que falou antes dele, destacando que além desses vícios de forma e desse vício de conteúdo que impossibilita de se tomar uma decisão agora. Ponderando que no artigo 1º da minuta fala dos objetivos estratégicos, ressaltou que levantou a questão se vai discutir os objetivos estratégicos do Plano Diretor, não se estaria fazendo uma revisão, estaria se fazendo um Plano Diretor novo e não seria isto que está em discussão. Enfatizando que discutir os objetivos estratégicos é um novo Plano Diretor, deveria estar aqui discutindo depois do diagnóstico o que funcionou ou não funcionou e o que precisa ser alterado para que os objetivos estratégicos definidos no Plano Diretor funcione, se não vai se estar discutindo um Plano Diretor. Ponderou ainda, que esta é uma questão que precisa ter claro, porque não dá para aprovar essa minuta aceitando na prática fazer um novo Plano Diretor como se estivesse fazendo apenas uma correção para que o Plano Diretor existente possa ser implementado. **27)** O Conselheiro Maurício Ramos de Oliveira, referindo-se ao artigo 3º da minuta sobre as instâncias de participação, ressaltou que foi membro do CIMPDE junto com a Maria Aparecida Faragó Magrini que eram da Macrorregião Oeste, destacando que ela era titular e ele era suplente. Enfatizando que por esta confusão que os CPMs ficaram de fora e sua vaga foi colocada a disposição para que outra pessoa ocupasse, pontuou que tanto a sua vaga quanto a da Maria Aparecida Faragó Magrini elas nunca deveriam estar à disposição sem que os CPMs pudessem se candidatar a vaga. Reforçando que nunca poderia ter saído porque não foi retirado do CMPU, destacou que sua vaga foi colocada à disposição de uma maneira que não foi adequada a seu ver. Ponderou que ele ainda voltando para o CMPU pela segunda vez gostaria do seu retorno ao CIMPDE, ressaltando que para a vaga da Aparecida Magrini teria outros companheiros do CPM que gostariam de ocupar, deixou isso registrado. **28)** A Conselheira titular do Movimento de Moradia 2,

Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, representante da Associação Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste, concordando com todos que falaram antes dela, destacou que já está em um processo muito difícil com essa discussão do Plano Diretor, que não se consegue nem discutir, aprovar, rebater e discutir do jeito que se pretende uma resolução, indagou como será esta discussão do Plano Diretor que já se coloca contrária à revisão do Plano Diretor como está sendo proposto. Enfatizando que acha que não é o momento pede que esta deliberação dessa minuta não ficasse hoje e que se pudesse ter um dia para poder debater ela ponto a ponto, destacou que se sabe que não é o mínimo de três ou máximo de três, mas sabe muito bem que os movimentos populares, a sociedade civil organizada, ela tem muito a contribuir para poder fazer esta resolução em uma coisa que contemple a todos e não somente a um grupo. **29)** A Conselheira Wellyene Gomes Bravo, ressaltando que sobre esta minuta disse que gostaria de colocar que concorda com os colegas também que antecederam e principalmente com a colocação da Julieta, porque está se vivendo um momento muito difícil no país, no estado e na cidade, destacou que por mais que se saiba que o poder público tem que continuar e tem algumas ações que não podem deixar de serem encaminhadas, ponderando que tem outros que sabe que pode deixar para encaminhar em um segundo momento. Observando que entende que a questão do Plano Diretor da forma que se pretende conduzir não é prioridade para a cidade nesse momento, tanto pela questão da participação da sociedade civil e também pelo próprio funcionamento desta câmara aqui desse Conselho, que só agora conseguiu colocar mais de 10% da composição dela para se inteirar desse processo como um todo. Pontuou ainda que neste momento os conselheiros presentes nem conhecem a apresentação feita em reuniões passadas, destacou que acha que isso é um ponto que tem que ser verificado. Ressaltou que uma das funções do CMPU é propor e também observar alguma legislação a ser encaminhada para o legislativo, enfatizando que propõe que se discuta uma proposição de suspensão real da revisão do Plano Diretor que seja encaminhada para o Legislativo que dê autorização legal para que isso de fato ocorra. Observando que está a mais de meio ano e muita coisa no Conselho não está andando exatamente por esta falta de participação, dessa transparência neste processo que está sendo questionado. **30)** A Conselheira titular das entidades acadêmicas e de pesquisa ligadas à área de planejamento urbano-ambiental, Viviane Manzione Rubio, representante do FAU MACKENZIE, reforçando a fala dos colegas que a antecederam, destacou que a uma

dificuldade na leitura dessa minuta. Enfatizando que tem algumas atividades realizadas em 2020, ressaltou que não estão claras quais são estas atividades. Sugeriu também que se tenha um tempo maior para debater artigo por artigo desta resolução, ponderando que porque se vai votar nela precisa rever a redação e o conteúdo de todos os artigos, e que não há como entender aquele cronograma que insistentemente é apresentado como um cronograma factível e que não foi apresentado aos conselheiros para dar nenhum tipo de deliberação, ressaltou que não tem como fazer esta votação e deliberação hoje. **31)** A Conselheira titular das Associações de Bairros 1, Mariana Ferraz Kastrup, representante da entidade Viva Pacaembu, iniciou dizendo que concorda com os colegas e conselheiros que apresentaram e pontuaram, ressaltou que acha que se deveria trabalhar de uma forma, num momento mais objetivo, porque lhe parece que esta minuta está causando, esta se empacando neste assunto, enfatizando que dentro dos conselhos do CMPU, da CTLU, do CIMPDE que se avance na discussão para intensificar esta discussão sobre o Plano Diretor, definindo que agora não é o momento de se considerar a participação popular da população efetiva devido à pandemia. Enfatizou ainda que este prazo de dezembro para mandar uma minuta para Câmara acha que é impossível, ressaltando que se deveria começar a intensificar, começar as discussões nos conselhos, ver o que é para alcançar esses objetivos do PDE que está no artigo 1º que fala que são os ajustes pontuais necessários para o alcance, pontuando que tem que fixar nisso, pensar e definir que fase isto vai ser aberto para a população, definir que a partir dali vai considerar a participação popular para abrir a parte de audiências porque senão vai ficar “chovendo no molhado” e não vai nem discutir o PDE, não vai andar com nada. Ponderou ainda que enquanto conselho se propôs a estudar o assunto, mas entendem que a sociedade, a população de um modo geral não está preparada, não está com a cabeça para este assunto. Enfatizou novamente que teria que trabalhar de uma forma mais objetiva e definir que a partir de tal fase vai sentar e discutir como é que vai ser esta participação popular. **32)** A Conselheira Simone Ferreira Gatti, reiterando a palavra de todos os conselheiros que falaram antes dela, ressaltou que tem muitos pontos problemáticos nesta resolução. Enfatizando primeiro que não está claro a atribuição do Conselho deliberar sobre este tema, ponderou que uma comissão de três membros enfraquece muito a participação da Sociedade Civil, considerando a multiplicidade de representantes e de interesses que estão envolvidos de diversas camadas da sociedade neste conselho. Pontuou ainda que

não está na pauta que haveria uma deliberação hoje, ressaltando que isso vale para os próximos encaminhamentos das reuniões, destacou que tem que colocar na pauta quando haverá deliberação, registrando também que o IAB do qual é representante, o Instituto Pólis, Movimento de Moradia e várias associações presentes no Conselho fazem parte da frente São Paulo pela Vida, que já foi apresentado no Conselho, que é um movimento que se criou com mais de quinhentas entidades e que tem se colocado contrário a revisão do Plano Diretor neste momento, considerando que se vive uma grave crise sanitária, econômica, onde o processo participativo estaria profundamente comprometido com esta revisão. Observou que neste momento acha que sim, que se pode iniciar um processo de debate sobre o Plano Diretor, apontando e avaliando quais seriam os encaminhamentos para uma revisão futura e apontando para um futuro próximo ou um melhor momento para isso acontecer. Observou ainda que acha que o CMPU tem muito a contribuir se colocasse nesta posição de avaliar o Plano Diretor, com agenda para isso, ressaltando que acha muito complicado que se vote em uma resolução que se vai garantir um processo de revisão nesse momento que tantas pessoas e uma parte tão grande da Sociedade se colocam contra. **33)** O Conselheiro titular das Associações de Bairros 2, Carlos Cruzelhes Filho, representante da Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista - SAPP, deixou registrado que acompanha todas as recomendações, a fala dos conselheiros sobre a revisão do PDE, é mais para deixar registrado que concordo com todos eles e que não é momento nessa pandemia de se fazer qualquer revisão no plano diretor. Ressaltando que a cidade é muito complexa e que se está vivendo uma situação terrível que é muito mais importante que se falar sobre revisão do plano diretor, enfatizou que deixou registrado a sua fala. **34)** A Conselheira titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (3), Maria Tereza Gomes da Silva, enfatizou com relação ao que foi levantado sobre a constituição de uma comissão para acompanhamento do processo de revisão, deixou registrado que em 2013 esse conselho acabou adotando uma postura semelhante com relação ao processo de elaboração do Plano Diretor. Ressaltando que tinha e colocaria no chat a Resolução 009 de 2013 do CMPU que constituiu um grupo interno em que fica constituído um grupo de trabalho do CMPU com a finalidade de acompanhar o processo participativo de revisão do PDE, enfatizou que então na verdade a constituição de uma comissão nesse momento seria uma medida paralela ao que foi feito em 2013. Observou que o texto da resolução

ele dispõe no mínimo três membros de forma que todos os segmentos da sociedade civil que pretendam dela fazer parte poderiam simplesmente aderir à proposta e fazerem parte da comissão. Enfatizando que iria colocar a resolução de 2013 no chat para que os conselheiros pudessem ter uma ideia de como inclusive os termos e a redação está muito semelhante ao que aconteceu em 2013. 35) O Presidente sintetizando o que a Conselheira Maria Tereza Gomes da Silva colocou, ressaltou que a função desse comitê que se está propondo é mais para que haja ainda mais participação da sociedade civil no acompanhamento dos trabalhos, do processo de revisão do plano diretor, que se tenha uma participação maior. Ressaltou que embora não esteja grafada no texto, pede para que todos os membros do Conselho do CMPU, representantes do governo não se inscrevam para participar desse comitê, enfatizando que isso ficaria só disponível para os membros da Sociedade Civil que fazem parte do CMPU. Lembrou que não se está restringindo a participação de todos, e que todos os conselheiros quiserem fazer parte desse comitê podem fazer parte, ressaltando que a ideia é ter mais um instrumento, mais uma forma de participação social e contribuição, sugestão no processo de revisão do plano diretor. Destacou também que a função, as atribuições, previstas em lei, previstas no Plano Diretor, previstas em Decreto do CMPU não estão diminuídas com a criação desse comitê. Enfatizou que esse comitê assim como existe o comitê intersecretarial, assim como existe um comitê interno da Secretaria, está se propondo a criação de um comitê também do CMPU para que alguns membros, caso queiram, consigam estar ainda mais perto das discussões que estão sendo feitas, os assuntos que estão sendo debatidos nesse processo da revisão do Plano Diretor. O Presidente ressaltou que embora fosse dito por alguns conselheiros a falta do cronograma, destacou que o cronograma está como anexo da minuta de resolução. Observando que essa minuta de resolução foi encaminhada a todos os conselheiros e que então todos tinham ciência desta minuta, dessa proposta de deliberação. Enfatizando assim como na reunião passada foi feita a apresentação da proposta daquilo que está sendo planejado de processo de revisão do plano diretor, foi deixado claro e foi avisado que teria a necessidade ou iria se propor essa deliberação nesta reunião desta resolução, caso conseguisse resolver aquele problema com a posse dos novos conselheiros. Pontuando sobre tudo que foi colocado, esclareceu um detalhe referente ao que diz o artigo primeiro, que é dos objetivos estratégicos de política urbana fixada no PDF, ressaltando que a ideia é na verdade o processo de revisão

do Plano Diretor não é a criação de um novo plano diretor, é o plano diretor estratégico da cidade de São Paulo o que se está propondo, que o executivo propôs segue totalmente a legislação vigente e ainda se está cumprindo uma determinação legal que estipula a revisão do plano diretor em 2021. Ressaltando que entende tudo o que as conselheiras e os conselheiros colocaram referente às preocupações devido à pandemia, observou que tudo aquilo que foi proposto, tudo que foi planejado será rigorosamente seguindo os protocolos de segurança sanitário, e que então em nenhum momento se deixará de cumprir aquilo que as autoridades da saúde circulam, destacando que o compromisso maior é com a vida, como foi dito em outro momento. Enfatizou que a proposta de resolução que está aqui será encaminhada para votação, observando que caso haja qualquer tipo de sugestão de alteração nesse texto pede para que conselheiros encaminhem essa sugestão por e-mail que será analisada e se dará a devolutiva na próxima reunião se não achar pertinente, e caso se achar pertinente à sugestão traz para deliberação dos conselheiros uma eventual alteração desta resolução. Ponderou que não tem nenhuma pretensão de não deixar a participação nesse conselho, enfatizando que é um Conselho importante, que é o principal Conselho que acompanha as políticas urbanas da cidade e que essa atribuição do Conselho será respeitada e seguida à risca. O Presidente então pediu que os conselheiros escrevessem através do chat se estavam ou não de acordo, aprovado ou reprovado, para dar prosseguimento à reunião. **36)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz alegando que o Presidente fez agora uma proposta, pediu uma questão de ordem. **37)** O Presidente esclareceu que a proposta não foi feita agora, ressaltando que a proposta foi encaminhada a todos os conselheiros na convocação da reunião. Observando ainda que não é uma proposta nova, destacou que a única coisa que falou que de repente não estava no texto original e na convocação original foi que se os conselheiros tiverem qualquer sugestão de alteração neste texto que encaminhem que irão subir para ser deliberado. **38)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz alegando ser exatamente esta questão de ordem, ressaltando que quando o Presidente faz uma nova proposta tem que abrir novamente para deliberação de questões de ordem, senão está cerceando a participação. **39)** O Presidente esclarecendo que não há cerceamento nenhum de participação, ressaltou que o texto foi encaminhado aos conselheiros, não houve nenhuma sugestão de alteração neste texto que foi encaminhado, não houve nenhuma manifestação de desaprovação a esse texto

encaminhado. Enfatizando que não foi recebida nenhuma manifestação nesse sentido, destacou que está apenas abrindo a possibilidade para que se haja, mesmo já tendo tido a oportunidade, se os conselheiros tiverem qualquer coisa a colocar, qualquer coisa a pedir a substituição, alteração que encaminhem que será submetida em uma futura deliberação. Frisou ainda que é isso que está colocando, que não está fazendo nenhuma proposta nova, ressaltou novamente que todos os conselheiros receberam este texto e que então não é nenhuma proposta e que não tem nada de novo que não tiveram a oportunidade de se manifestar anteriormente. **40)** A Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto interrompe para dizer que tem bastante coisa nova, alegando que a reunião que o Presidente convocou não foi para deliberação, ressaltando que agora no curso da reunião o Presidente está querendo submeter uma resolução que foi enfiada, e que não é objeto da pauta. **41)** O Presidente esclareceu novamente que todos os conselheiros receberam a pauta previamente como diz o regimento. **42)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz interrompeu para dizer que na pauta não está escrita a deliberação sobre a resolução. **43)** O Presidente reforçando que todos os conselheiros receberam a pauta e ressaltando que caso as conselheiras proponham uma deliberação diferente do que está sendo feito, pediu que encaminhem essa proposta que será avaliada para a próxima reunião. Na sequência o Presidente abriu a votação para que os conselheiros se manifestassem pelo chat pela aprovação ou desaprovação, ressaltando que os que tivessem de acordo escrevessem “aprovado” e quem não estivesse de acordo escrevesse desaprovado. **44)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz interrompeu durante o processo de votação para dizer, referindo-se à presidência que não conseguem seguir os ritos necessários e que não estava escrito na pauta deliberação sobre a resolução, que estava escrito revisão do Plano Diretor Estratégico, e que isso não significa deliberação sobre a resolução. Ressaltando ainda que fica parecendo que a Sociedade Civil quer impedir o processo, destacou que é um problema do executivo que não conseguem seguir os ritos e vão fazendo irregularidades em cima de irregularidades, e que a presidência não deixa nem se fazer questões de ordem para apresentar as irregularidades que estão sendo feitas. Enfatizando que é um desrespeito brutal aos conselheiros. **45)** A Conselheira Viviane Manzione Rubio também interrompeu para dizer que tem redação errada no primeiro artigo. **46)** O Presidente então pede encarecidamente que os conselheiros tenham uma atuação técnica e compromisso com a

Cidade de São Paulo e não politizem essa reunião, observando que a votação está caminhando e se está continuando com a reunião. **47)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz interrompeu pedindo respeito e que não colocasse palavras em sua boca dizendo que estaria politizando. Ressaltou que não estaria politizando nada e que sua colocação foi absolutamente técnica mostrando uma argumentação jurídica, mostrando que há uma irregularidade no rito necessário para uma deliberação dentro dessa reunião que não foi feita, enfatizando que isso é uma colocação absolutamente técnica, jurídica, e que nada tem haver de política. Finalizou pedindo que a presidência a respeite e peça desculpas por sua colocação. **48)** O Presidente esclareceu à conselheira que não falou o nome de ninguém, que só pediu para os conselheiros não politizarem para que se continuasse mantendo o caráter técnico que é a função dessa comissão. **49)** A Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto interrompe dizendo que o Presidente é advogado e conhece muito bem a necessidade do respeito dos ritos, ressaltando que ninguém está politizando nada, que as manifestações todas foram técnicas até agora, inclusive as da presidência. Enfatizou ainda que o Presidente não pode promover, ou obrigar, ou por para frente um procedimento de deliberação quando a “ata”(sic)(*o correto é pauta*) que o Secretário como presidente desse Conselho mandou veicular, ressaltando que se o Presidente pretendia que a resolução fosse deliberada nessa reunião deveria ter sido incluído esse item. A conselheira pediu então que o Presidente corrija a questão técnica e então depois quando tiver o rito saneado que aí a presidência coloque, se achar que deve, isso para deliberação. **50)** O Presidente informou que iria deixar mais cinco minutos aberto para que os conselheiros que quiserem votar votem se está aprovado ou desaprovado, favorável ou desfavorável. **51)** O Conselheiro Carlos Cruzelhes Filho, uma vez que não estava encontrando o chat, pediu para que ficasse registrado o seu voto de reprovado, ressaltando que caso conseguisse escrever no chat o faria lá também. **52)** O Presidente informou ao conselheiro que estava registrado o seu voto. **53)** Decorrido mais algum tempo o presidente informou que os conselheiros teriam mais um minuto dos cinco minutos estipulados para registrarem os votos. **54)** O Conselheiro João Moreirão de Magalhães informando que o chat não abria, pediu que fosse registrado seu voto de reprovado. **55)** O Presidente informou ao conselheiro que estava registrado o seu voto. **56)** O Conselheiro suplente da Secretaria do Governo Municipal (SGM), Marc Bujnicki Zablith, pediu a palavra para dizer que tem uma dúvida a respeito de quando o titular do

governo está presente na reunião, mas ele ainda não votou, questionou se o suplente vota, ou se é só na ausência do titular. **57)** O Presidente esclareceu que só na ausência do titular é que o suplente pode votar. **58)** Decorrido os cinco minutos foi encerrado o prazo e o Presidente informou que está atualizando para ver se não há nenhum erro na contagem dos votos, para que se tenha um número preciso. O Presidente lembrou que teve dois votos que foram ditados e não escritos. **59)** A Conselheira Simone Ferreira Gatti pediu ao presidente que depois seria importante que se falassem os nomes com as votações para ver se alguém não foi contemplado ou não conseguiu escrever no chat. **60)** O Presidente concordou e aproveitou para pedir a colaboração de todos, esclarecendo que conversou com a Secretária Executiva e que iria passar para o próximo item da pauta enquanto isso vai montar uma tabela para ver se não houve duplicidade, se não houve voto de titular e de suplente do mesmo segmento, do mesmo assento e ao final se divulga tanto o resultado quanto os nomes. **61)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro pede para fazer uma declaração de voto. **62)** O Presidente permite, ressaltando que o prazo para o voto já foi. **63)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro esclareceu que não queria votar novamente, mas fazer uma declaração de voto. **64)** O Presidente então concedeu ao conselheiro a palavra, informando aos demais que queiram a palavra que se inscrevam durante o próximo item, podendo falar ao final. **65)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro pediu para que constasse da ata que o posicionamento contrário não significa uma concordância sequer com o procedimento de votação. **66)** Devido à interferência causada por outro microfone aberto, o Presidente pediu que o conselheiro repetisse novamente. **67)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, então, disse que estava pedindo para fazer esta declaração de voto para que constasse na ata da reunião que o voto contrário não significa concordância se quer com a decisão de colocar em votação essa minuta de resolução pelas razões que já foram faladas pelos conselheiros, ressaltando que para eles a uma série de vícios aqui que tornam nula esta votação, inclusive passível de judicialização. O Conselheiro enfatizando que a segunda parte queria falar seria que se evitasse nas reuniões de acontecer algumas coisas, que nunca aconteceram na história deste conselho, ressaltou que, por exemplo, nesta reunião não aconteceu, mas na reunião passada tinham pessoas buscando interferir na fala dos demais colegas conselheiros, houve corte da palavra de conselheiro. Observando ainda que na reunião de hoje viu um conselheiro que propôs que fosse cortado o microfone de

outros conselheiros, ressaltou que parece que tem um problema de método nessa reunião porque é uma reunião virtual o que já torna por si só difícil a participação. Ponderou, ainda, que se as pessoas optarem em desqualificar a fala do conselheiro nesse sentido de sua fala ser política, indagando o que será que não é político na discussão de política urbana, enfatizou que é de uma despolitização, de uma ausência de conteúdo essa tentativa de desqualificação dos outros conselheiros que é um fato nunca visto na história. Enfatizou ainda que até entende que são os tempos atuais, são os tempos da “antipolítica”, ressaltando que isso não pode prevalecer em um conselho que se chama Conselho Municipal de Política Urbana. Finalizou dizendo que era para fazer esse registro dessa indignação e solicitar como método de reunião tivesse uma postura sempre respeitosa em relação a todos os conselheiros. **68)** O Presidente agradeceu as colocações do conselheiro, ressaltando que concorda em gênero, número e grau dizendo que para isso que inicialmente estabeleceu quais seriam as regras, a forma de conduzir a reunião para que justamente tivesse essa organização nesta reunião e todos tivessem a oportunidade de falar e tivessem espaço. Enfatizou dizendo que tudo aquilo que foi colocado será registrado em ata, ressaltando que as colocações dos conselheiros se manifestando inclusive pela não concordância em deliberar essa resolução será registrado em ata. Ponderou ainda, que nenhum conselheiro vai ter o seu direito, sua manifestação tolhida, ressaltando que assim como nunca houve por parte desta administração, desta presidência o corte do microfone de nenhum conselheiro. Acrescentando que respeita o posicionamento de todos conselheiros, e que aqui nunca fez e que só estipula as regras pactuadas e que sejam seguidas, **69)** O Presidente enfatizando que seguindo o que foi combinado iria passar para o próximo item. **70)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz interrompeu para solicitar que os votos registrados no chat depois de encerrada a votação não fossem considerados. A conselheira apontou que houve dois votos depois de encerrado. **71)** O Presidente esclareceu que os cinco minutos finais se deram às 16:13. **72)** A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz então apontou que os dois votos ocorreram às 16:15. **73)** O Presidente esclareceu, que estão trabalhando nisso e passará para o próximo item da pauta, e depois volta com a apuração. **74)** Em relação ao último item da pauta, foi apresentado o PIU Ibirapuera, sucedido por debates. **75)** A Conselheira Renata Esteves interveio dizendo que gostaria de levantar uma questão de ordem sobre o item, Piu

Ginásio do Ibirapuera para solicitar o adiamento da discussão do item, por razões muito específicas e muito técnicas, uma vez que se trata de tema muito importante, sendo necessária a opinião dos Conselheiros a respeito dele. 76) O Presidente esclareceu que não se está deliberando nada, mas sim far-se-á, apenas, uma apresentação, disse que a pauta foi encaminhada aos Conselheiros, não tendo havido nenhuma manifestação contrária à apresentação deste item, de modo que será feita a apresentação e caso, algum Conselheiro quisesse fazer alguma manifestação sobre a apresentação, sobre o item seria registrado em Ata; se os Conselheiros não concordassem eles teriam a liberdade e a oportunidade de manifestar-se, de fazer essa manifestação de acordo com o seu entendimento, pois já foi aberta consulta pública sobre o tema e acha importante que os Conselheiros que não acompanharam a Consulta Pública possam ter conhecimento de um assunto relevante para a Cidade e que não poderia deixar de ser apresentado para este Conselho, de modo então que se fará a apresentação, tal como previsto na pauta que os Conselheiros receberam e ao final os Conselheiros que, durante a apresentação levantar a mão teriam a oportunidade da palavra, e então agradeceu e pediu o prosseguimento. 77) Com a palavra, a Conselheira titular Larissa Garcia Campagner, da SP Urbanismo cumprimenta a todos e disse que é um prazer estar de volta a este Conselho do qual já fez parte algumas vezes e poder conversar com todos a respeito desse assunto que é o Projeto de Intervenção Urbana do Ginásio do Ibirapuera. É importante esclarecer que a motivação para realização e elaboração desse PIU foi a intenção do Governo do Estado de fazer uma transformação daquela que é uma ZOE (Zona de Ocupação Especial) do Complexo Constâncio Vaz Guimarães. Disse que o objeto é uma regulação urbanística dessa ZOE para definir todas as regras de transformação daquele equipamento desportivo e como escopo do PIU traz diretrizes de ocupação, parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo e procedimentos de licenciamento. E prosseguiu dizendo que é sobre isso que iremos tratar neste momento. O Projeto de Intervenção Urbana aparece no Plano Diretor de 2014 e depois na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo onde fica definido que as ZOE's serão reguladas através de PIU's. Esclareceu que os PIU's são também regulamentados pelo Decreto 56901/16. Assim, em fevereiro de 2020 tivemos a manifestação do Governo do Estado que apresentou um diagnóstico a respeito daquele lote do complexo e um programa de interesse público. De modo então que coube a SP-URB consolidar esses elementos

técnicos e a SMUL fazer a validação para que fosse promovida a primeira consulta pública, a qual ocorreu entre março e abril de 2020 e após esse processo houve autorização da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento para que se desse início a realização do PIU. Destacou que de lá para cá estariam trabalhando conjuntamente com o proponente que fez a proposta de regulação urbanística, modelagem econômica e modelo de aplicação, com acompanhamento da SP URB e Secretaria. Enfatizou que era importante destacar que houve um grupo Intersecretarial da Prefeitura que trabalhou esse assunto e agora se está nesse momento da segunda consulta pública que está aberta até o final deste mês, com ainda a realização de algumas etapas do Conselho Participativo, audiência pública e tudo mais, de modo que somente após essa etapa é que será finalizada a minuta do Decreto. E prosseguiu informando que então é bem importante definir qual é o escopo, o que se está conversando, de modo que neste momento o que se traz aqui para apresentação é uma minuta, que é uma versão final de um decreto. E que para esta apresentação passaria a palavra para Heloísa Proença, que pelo Governo do Estado abordará a questão do PIU. **78)** Com a palavra, Heloísa Proença, disse ser um prazer estar na reunião, bem como reconhecer vários companheiros, do tempo de Prefeitura e os novos conselheiros que estaria conhecendo agora e disse ainda estar trazendo um tema importante para a Cidade, para a discussão dos interesses, diretrizes e movimentos da Cidade, destacando, também, que a discussão que se coloca aqui, hoje, é a discussão do PIU, como bem disse a Larissa Garcia Campagner, é a discussão da regulação urbanística, da proposta, do modelo da gestão democrática e dos parâmetros de uso e ocupação do solo, parâmetros urbanísticos para a intervenção, ou seja, não estamos aqui discutindo as diretrizes e os requisitos da concessão proposta pelo Governo do Estado que segue seu rito próprio de fórum e discussão, sempre abertos para receber também contribuições, mas que não se faria nesse fórum que tem como objetivo a discussão do PIU e dos parâmetros urbanísticos para aquela área. E prosseguiu informando que o governo do Estado contratou consultoria especializada para tratar a respeito do assunto, porque o projeto exige modelagem econômica, modelagem de viabilidade, além da modelagem urbanística, de modo então que a FIPE foi contratada, estando, inclusive, aqui uma das representantes do grupo Interdisciplinar e de profissionais que compõe a equipe de mais de 35 especialistas, profissionais da FIPE e, assim então iria passar a palavra para Adriana fazer

a apresentação da parte das diretrizes urbanísticas do PIU, lembrando que todos os canais de participação permanecem abertos e ressaltou que depois pediria a Larissa para reforçar qual o site em que a consulta pública está aberta. 79) A Sra. Adriana Blay Levisky, do Setor Empresarial, com a palavra, após cumprimentar a todos, começou sua explanação dizendo que a consultoria realizada teve a incumbência de desenvolver um cenário referencial para que houvesse elementos para simular e ensaiar uma série de questões econômicas, urbanísticas e jurídicas, de modo que vem trazer com o seu conhecimento aquilo que se refere ao cenário, a partir das diretrizes urbanísticas, de modo, então, que o que se vê na tela é uma proposta a partir de um cenário que os auxiliou na aplicação de uma leitura diagnóstica desse território, desta envoltória, das características da vizinhança, do ponto de vista das edificações, das volumetrias, do uso e ocupação do solo, da estrutura viária, da interconexão com os equipamentos do entorno, de modo que a partir disso somado às diretrizes, aos instrumentos que a própria legislação de uso e ocupação do solo, que a Lei 16.402/16 trazem é que foi feito, então, um cenário buscando ensaiar e ilustrar alguns conceitos para que se fizesse mais visível, mais palpável essa discussão. E apontando para as imagens dos slides disse que a partir delas é possível perceber, justamente, uma série de aspectos que são resultantes dessas diretrizes que já tratamos. E prosseguiu dizendo que tratará rapidamente, conceitualmente, dessas diretrizes. Das diretrizes que foram trabalhadas uma delas está vinculada a diretrizes estabelecidas pela própria legislação estadual, com relação à requalificação deste equipamento, então nesse sentido o que se estabelece por instrumento legal é a implementação de uma arena multiuso coberta com condições de instalar entre 18 a 22.000 espectadores e a oferta de atividades esportivas de fruição gratuita, de modo que esses são os dois elementos provenientes da legislação estadual. Com relação às diretrizes, esclareceu que foram divididas por temas, com relação a diretrizes ambientais, o que se pode enfatizar são as questões relacionadas, essencialmente, a uma potencialidade de interconexão com o Parque do Ibirapuera, o enaltecimento, favorecimentos dos instrumentos ambientais com relação à permeabilidade do solo, “reservação” de água, reuso de água, valorização da vegetação ou a compensação naquilo que corresponda a necessidade de compensação por questões de comprometimento fitossanitário que existe no local, mais com uma garantia de valorização do corredor de fauna, preservando os volumes, bem como os maciços

vegetais. Ainda, com relação às diretrizes de mobilidade há uma série de elementos que foram ensaiados e enfatizados nesse cenário referencial. Inicialmente, com relação ao favorecimento do pedestre destacou que estão, buscando condições de alargamento do passeio, no sentido de fora para dentro, do alargamento do passeio das calçadas, depois favorecendo a fruição, o cruzamento desse lote que é um lote com uma testada ampla, permitindo aquilo que hoje detectamos não ser um cruzamento possível e usual do equipamento existente que permita a conectividade entre os bairros e entre o Parque, a parte da Paulista com a parte do Parque do Ibirapuera, fazer com que essa área seja uma área permeável, onde a população possa transitar, cruzar e ao mesmo tempo usufruir, permitir uma conexão com a rede cicloviária Municipal perpassando o próprio lote, garantir condições de acesso aos automóveis nas três testadas do lote, pois tem frente para três vias, então não concentrar em uma via só a aglomeração de veículos, mas distribuir esses acessos, garantir uma condição de acumulação de veículos também é algo que hoje conhecemos a inexistência disso, então garantir essa acumulação de veículos dentro do lote, ou seja, permitir uma via interna aonde às filas, a acomodação de carga e descarga, de acesso a estacionamento possa se organizar, tirando do viário público esse impacto e aí buscar, conforme se verifica através da representação dessa seta tracejada que marca essa via interna como uma condição de conectividade com o entorno amarrada em eixos de áreas existentes a possibilidade de se organizar, internamente. E então disse que no que se refere às diretrizes de mobilidade, o que gostaria de falar, na sequência, é a respeito do ensaio e da organização da estrutura de um fluxo de carga e descarga, de circulação de veículos interna ao lote, isto é, um ciclo para todas as demandas vinculadas às atividades existentes no lote, de modo que elas não exigissem que tivesse, por exemplo, carros, caminhões estacionados na envoltória do terreno, mas sim, internamente, ao lote. Enfatizou então que todas essas questões estão relacionadas ao tema da mobilidade que tanto diz respeito à mobilidade ativa, do pedestre e cicloviária, assim como também a carroçada, automóveis, carga e descarga, embarque e desembarque de ubers, fretados, toda essa parte de desembarques pesados que ocorreriam nesse eixo interno para acumulação, tirando o impacto da via pública. Com relação às diretrizes urbanísticas, representada no slide, o que se verificou, é que das diretrizes urbanísticas, aquilo que desenha, compõe essa intervenção com o envoltório, se apoiando muito nos exercícios que são oferecidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Destacou que é aonde se aplicou uma área importante de fruição. Destacando, ainda, embora a imagem seja conceitual, ela apresenta uma grande parcela do terreno totalmente aberta, desobstruída, integrada ao parque do Ibirapuera, com uma condição de fruição muito livre para propiciar encontro, relação com comércio de bairro, com fachadas ativas, lazer, descanso, enfim o que qualifica muito na escala do bairro uma intervenção desse porte. Além disso, novamente estão recolocados a questão do alargamento do passeio que para além da mobilidade também integram uma condição de qualidade ambiental e a permeabilidade visual, ou seja, o favorecimento de uma relação mesmo para quem esteja fora, isto é, de não ter um muro bloqueando, visualmente, a relação com o espaço interno do lote, então é um favorecimento tanto do contato visual quanto físico, nessa fruição. E continuou a apresentação com algumas imagens que são resultados desse cenário referencial justamente para tentar materializar o que seriam essas diretrizes todas, de modo que se vê em primeiro plano nessa grande área de fruição de atividades esportivas ao ar livre, áreas de descanso, áreas de pic-nic, uma praça, também, seca, arborizada, um eixo de fachada ativa, ou seja, uma possibilidade de ter comércio de bairro relacionado com o pedestre que caminha na rua. A arena multiuso, à direita, com capacidade para 18 a 20.000 pessoas, é uma arena coberta que foi desenvolvida pensando em todos os quesitos tecnológicos e atividades esportivas indoor, com exigências de gabaritos, de tratamento acústico, atenuando, acusticamente, a relação das atividades que ocorrem dentro da arena com a envoltória, a ciclovia representada pela faixa vermelha é possível observar que cruza o lote, de modo que se consegue inserir isso dentro do contexto do bairro, de modo que o exercício foi uma busca de se criar uma integração na dinâmica e características desses bairros vizinhos e com o Parque do Ibirapuera respeitando as características dessas três vias coletoras que são lindeiras ao lote. E informou que irá finalizar a sua apresentação com essa imagem mais aérea, justamente, para que se consiga enxergar esse contexto, essa inserção desse equipamento que é um equipamento cultural, esportivo, de entretenimento, de lazer, é uma sobreposição de diversas funções qualificadoras de espaço urbano mostrando essa imagem, bastante e bem, o potencial de integração, de fato, desse equipamento com o Parque do Ibirapuera. E concluiu apontando para o eixo verde, já anteriormente mencionado, desse corredor de fauna integrando e criando esse corredor dos maciços que são tão valiosos nos bairros e que tem essa conectividade com o entorno tanto

naquilo que são os grandes eixos sentido Paulista e que favorecem os eixos carroçáveis, transporte público e os eixos peatonais transversais permitindo essa fruição do pedestre além do caminho, da conexão com o próprio parque do Ibirapuera. Então disse achar que a partir desses pontos, que não é um projeto, reforçou, que se consegue entender mais espacialmente as potencialidades da própria Cidade em relação ao lote, fortalecendo esses canais ambientais, urbanísticos, de mobilidade que são bastante importantes na busca de soluções de integração e qualificação desse contexto urbano que estamos falando. E finalizou a apresentação, agradecendo a todos. **80)** Com a palavra, Fernando Henrique Gasperin disse que dará sequência a apresentação da Adriana e falará sobre o processo de desenvolvimento do PIU a partir desse cenário referencial desenvolvido pelo governo do estado. Informou que, inicialmente, foi constituído um grupo intersecretarial, formado por participantes da SP URB, SMUL, Secretaria do Verde, Subprefeituras e Transporte e que esse grupo trabalhou em cima desse cenário referencial em onze reuniões, em um processo que foi de junho a meados de novembro de 2020 e com base nessas discussões formulou o modelo urbanístico que falaria a seguir. Destacou que internamente, em paralelo a esse trabalho de discussão técnica Intersecretarial, a SP URB formulou a proposta que colocou em consulta pública de Minuta de Decreto com as diretrizes e parâmetros para essa zona de ocupação especial. Esclareceu que as diretrizes do modelo urbanístico são que ele é um PIU que por ser de auto regulação é auto aplicável através de um perímetro de regulação urbanística, sendo feita uma distinção entre as atividades esportivas que são, principais (obrigatórias) e acessórias, integração do complexo ao entorno através do mix de uso, mobilidade e meio-ambiente, melhorias operacionais de conforto e segurança ao público e redução dos impactos no entorno. Em relação ao parcelamento, destacou que as ZOES são dispensadas do parcelamento do solo e imóveis públicos também, de acordo com a legislação vigente, mas além disso houve uma discussão do grupo em relação à pertinência de eventual parcelamento aqui, que nesse caso é optativo e que existe toda uma discussão em relação às relações entre os edifícios e a SP URB entendeu que é importante deixar isso para o projeto que virá a ser desenvolvido dentro dessas diretrizes. Em relação aos usos, a partir dessa distinção entre usos principais e acessórios existe, num primeiro momento, uma conexão entre os usos obrigatórios que são vinculados ao Decreto-Lei Estadual 13.291/43 e a Lei Estadual 17.099/2019 que autoriza a concessão com os usos definidos pela Lei de Zoneamento

através do Decreto de Usos. Esclareceu que os usos principais são arena multiuso e espaços esportivos de fruição gratuita pública, definida numa proporção mínima de 25% da área do lote, vedação de instalação de usos residenciais e usos com maior potencial de impacto à vizinhança, como atividades logísticas, agropecuárias e locais de culto. Esclareceu também que o lote virtual é a relação entre área construída e os usos acessórios e área construída total, multiplicada pela área do lote – que é uma forma de aplicação da Cota de Solidariedade e no incentivo às fachadas ativas. Já, em relação aos parâmetros de ocupação, o coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação seguem o referencial da volumetria da Zona de Centralidade do entorno com coeficiente máximo de duas vezes a área do terreno e taxa de ocupação máxima de 70% da área do terreno. Em relação ao gabarito de edificações destacou que existe uma distinção entre os usos principais e acessórios, os principais seguindo o limite da Aeronáutica, do COMAER, de 52 m e os usos acessórios é o gabarito da Zona de Centralidade do entorno de 48 m. Os recuos seguem também a legislação ordinária em relação a 5 m em todos os alinhamentos, dispensado o recuo nas fachadas ativas e afastamento de 5m na via interna de fruição pública. Em relação aos parâmetros de comodidade foram adotados como referência a zona de centralidade e as condições de instalação além das específicas que o Decreto traz em relação a estacionamento e número de vagas, as demais serão definidas pela CET a partir do projeto definitivo a ser licenciado. Em relação aos parâmetros qualificadores esclareceu que é o que caracteriza mais fortemente esse PIU pela escala dele, o alargamento de calçadas que foi definido, em função das peculiaridades do equipamento, da relação atração de público com alargamento mínimo de 8m nas três vias do lote que corresponde à faixa desenhada em laranja, no mapa, uma ampliação em chanfro das esquinas, com no mínimo, 100 m que é aonde o público se concentra mais nos eventos, essa área equivale a 4,6% do lote e será destacado do lote original e afetado como uso comum e então o terreno passa a ser somente a área remanescente, a área que está em branco e também esse limite de vedação de 25%, de vedação por muros, em cada testada do lote. Em relação à fruição pública foi estabelecido um parâmetro de, no mínimo, 20% da área do lote de fruição pública, isso equivale mais ou menos a 17.500m², calçadão interno com largura mínima de 15 m, o que equivale a aproximadamente da área 10% do lote para a concentração de dispersão de público, nas ocasiões de evento, e conexão interna ao lote entre ruas, já que se trata de um lote muito grande de 90.000 m².

E prosseguiu dizendo que existe também a previsão de uma via interna com largura mínima de 17 m destinados a funcionalidades operacionais do complexo, carga e descarga, embarque e desembarque, acessos e mobilidade ativa. Espaço livre das bilheterias, desde que voltado ao interior do lote e espaços esportivos de fruição gratuita. Fachada ativa incentivada, nesse caso ela é incentivada porque a fruição esportiva caracteriza mais fortemente esse equipamento, pois é o uso principal e então a fachada ativa é incentivada e esse incentivo corresponde a 25% da porção virtual do lote destinada aos usos acessórios e para fazer jus a esse incentivo o empreendimento deverá garantir que 25% de cada uma das testadas do lote tenham fachada ativa e 50%, pelo menos, da extensão do passador central. Esclareceu que poderá ser realizada também em apenas duas faces do lote se na terceira tiver os espaços esportivos de fruição gratuita. E que também existe a possibilidade de implantar as fachadas ativas no próprio edifício do ginásio do Ibirapuera. Em relação às áreas esportivas é previsto, no mínimo, um acesso pelo calçadão, admitindo-se acessos adicionais a partir dos logradouros. Em relação à arborização a vegetação arbórea decorrente da cota ambiental e do licenciamento ambiental, prioritariamente, implantada em faixa contínua que conecta a Praça Ícaro de Castro Melo que é uma extensão das Praças da Rua Curitiba até a Rua Padre Manoel da Nóbrega. Em relação aos acessos ao estacionamento estão previstos os acessos em todas as testadas para maior flexibilidade de operação e acessibilidade do público e foi estabelecido um limite máximo de vagas, 1065 vagas, sendo que 10% dessas vagas são para táxis e aplicativos. Em relação, ainda, aos aspectos ambientais os índices são os mesmos do perímetro de qualificação ambiental dessa região, ou seja, cota ambiental aplicável para lotes acima de 10000m² que é PA4 e taxa de permeabilidade mínima de 25%. Em relação aos solos não há limite de escavação, mediante anuência da CEUSO, em relação a técnicas que garantam o não rebaixamento do lençol freático, permitindo sob a via interna de fruição, também. Em relação ao controle social é previsto o controle social e monitoramento, assim realizado pelos Colegiados existentes, a própria CMPU, os Conselhos Participativos das Subprefeituras e CADES, também, tal como pelo sistema de monitoramento do PDE e dos PIU's já existentes, isso porque nesse PIU como é um PIU de regulação de ZOE estão ausentes as competências de fiscalização e deliberações típicas de Conselho Gestor, específico. Destacou que é um PIU que não tem programas de intervenções, recursos específicos, parâmetros e diretrizes a serem verificados pelos

órgãos de licenciamento. Em relação à modelagem econômica não é aplicável à outorga onerosa, neste caso, tendo em vista a titularidade Municipal do Imóvel, e em caso de mudança de titularidade será aplicável com fator de planejamento da macroárea de urbanização Consolidada. Com relação à cota de solidariedade é aplicável aos usos acessórios, porque os usos principais, esportivos se enquadram no rol previsto do artigo 173 da lei de uso, de modo então que é uma aplicação de cota de solidariedade em parte dos usos, utilizando área virtual do lote correspondente dos usos acessórios. Em relação ao licenciamento por ser um empreendimento público o licenciamento se dá através do termo de consentimento de atividade da Edilícia Pública – TCAEP. Enfatizou que existe uma análise prévia da SP URB e CET sobre a aderência das diretrizes e parâmetros do PIU e que eventuais legislações supervenientes deverão ser apreciadas pela CTLU, a partir da análise da SP URB e da compatibilidade do PIU com tais legislações, e assim finalizou a apresentação e abre para os questionamentos. **81)** O presidente agradeceu a apresentação, informando sobre o cadastro de uma série de pessoas para manifestação por 3 minutos cada e conforme combinado abrirá mais 30 segundos para quem quiser se cadastrar e fazer uso da palavra. Encerrado o prazo seguindo a ordem dos cadastrados, a palavra é dada a Conselheira Renata que terá 3 minutos para expor o que achar necessário. **82)** Com a palavra, a Conselheira suplente da Associação dos Amigos e Moradores pela preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança – Assampalpa, Renata Esteves de Almeida Andretto, , diz querer fazer alguns comentários pontuais com relação à minuta que foi encaminhada. No Terceiro, considerando da minuta se faz uma referência, evidentemente, que essa área foi transferida para o Município pelo Governo do Estado de São Paulo e se faz menção a uma escritura pública, exatamente de Cessão e transferência de domínio. Ocorre que essa escritura não foi encaminhada conjuntamente com o material para essa reunião e então solicita ao Secretário que "intermedeie" um pedido para que esse documento seja encaminhado, porque é muito importante que os Conselheiros conheçam o teor. Disse que também gostaria de comentar que sentiu falta na apresentação da informação que ela considera muito importante e que diz respeito a que essa questão do Ginásio do Ibirapuera está “sub judice”, em uma ação popular, que tramita perante a 2º Vara da Fazenda Pública, proposta por vários autores, encabeçados pelo professor Dalmo de Abreu Dallari. “Essa ação tem uma liminar que está vigente. Existe um agravo de instrumento do Governo do Estado que não foi julgado, existindo,

inclusive, um conflito de competência que será julgado, mas o muito importante, lhe parece, é que essa liminar refere-se exatamente ao seguinte: que decidir sobre o tombamento é muito importante antes de se decidir sobre o PIU, exatamente porque os tombamentos que estão em curso no COMPRESP e no CONDEPHAAT têm uma interferência direta no que pode ser ali estabelecido e objeto, exatamente, do PIU, então ela pediu como uma questão de ordem, o que não foi acatado pelo Secretário, mas para dizer que lhe parece que esse assunto tem que ser adiado no CMPU, porque, na verdade, a tramitação desse decreto significa uma alteração na situação de fato, o que lhe parece não seja possível existindo uma ação “sub-judice”. E prossegue dizendo que gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer o que a Maria Tereza postou no chat a respeito da Resolução CMPU não ter relação com esse momento porque ela foi aprovada no âmbito do PDE anterior em que as competências do CMPU eram bastante diferentes das atuais, inclusive, lamentavelmente. E finalizou, agradecendo. **83)** Registrada a manifestação da Renata, o Presidente passa a palavra para o Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2, Durval Tabach. **84)** Com a palavra, o Conselheiro Durval Tabach, inicia sua fala fazendo uma pergunta que “embute” uma preocupação relativa referente aos usos dessa área que nós chamamos de Ginásio do Ibirapuera, mas estamos falando de uma área que é um complexo esportivo que tem um ginásio, um estádio de atletismo, um palácio de judô, piscinas olímpicas, sedes de federações esportivas, é um equipamento que presta serviços de educação física, esportiva para a população já a muitas gerações, tem esportistas importantes que se formaram lá, várias gerações que aprenderam a fazer esporte lá, muitas vezes, aliás, é o único espaço que eles têm para praticar esportes e está observando que, pelo cenário referencial apresentado esses equipamentos de uso esportivo que deveria ser, pelo que entendeu, o uso principal desse espaço, foram reduzidos a quatro quadras poliesportivas e uma pista de skate. Prosseguiu dizendo entender que se trata de um cenário referencial, mas gostaria de saber se esse PIU tem algum mecanismo, alguma garantia de que esse uso para os esportes, que inclusive, ele entende que é uma premissa da concessão dessa área para o Estado, se existe alguma garantia de que esse uso esportivo será realmente privilegiado ou serão simplesmente essas quatro quadras poliesportivas e o resto serão tudo uso privado, de escritório, de shopping, de hotel, sendo, esta a sua indagação, e finalizou, agradecendo. **85)** Com a palavra, a Conselheira titular do

Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – CMTT, Sandra Ramalhos, iniciou sua fala dizendo que gostaria de fazer algumas observações, a primeira, tal como Durval estava falando da parte esportiva, nesse espaço também havia prática paradesportiva, ou seja, para pessoas com deficiência, então havia e há nesses espaços algumas atividades direcionadas para esse grupo de pessoas, para esse segmento e assim indaga para onde eles irão, como é que será isso? Ainda, em uma segunda consideração pergunta sobre como é que vocês colocam uma via pública dentro de um parque onde terá descarga e carga, quer dizer, as crianças estarão correndo por ali e os carros também, mostrando-se indignada com esse compartilhamento de via e dizendo que ficará muito bonito e despreocupante, realmente como uso de parque, e, acrescenta que outra coisa que a entristeceu demais foi que não ouviu em nenhum momento a palavra acessibilidade, piso tátil, rampas, nada, nada, nada do Estado sobre isso e nem se esse Projeto deverá passar pela Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, o que também não foi citado e, conclui, dizendo que acha que esse Projeto tem que passar tanto pela CPA, que é a Comissão Permanente de Acessibilidade, bem como tem que ser consultada e respeitada a CET, sobre o compartilhamento dessas vias dentro de um parque havendo carga e descarga, sendo esses seus questionamentos, e, finalizou, agradecendo. **86)** Com a palavra, a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo – IAB-SP, Simone Gatti, iniciou sua fala, reiterando os comentários feitos anteriormente, sobretudo às falas da Renata e do Durval no que se refere à importância patrimonial e história do Complexo Esportivo do Ibirapuera que não foram mencionados na apresentação. Sobre os usos, esse Projeto de PIU se baseia em um programa bastante específico que prevê a retirada de diversos equipamentos e usos hoje existentes para a implementação do shopping center, hotel, centro de convenções e arena multiuso. De modo que serão reduzidas áreas públicas destinadas aos esportes, o que aponta um conflito de interesses em jogo nesse território, ou seja, do que é interesse público e o que seria o interesse privado, dos concessionários. E prosseguiu dizendo que considerando ainda que esse terreno é de titularidade Municipal, como apresentam toda a documentação fornecida seria importantíssimo que fosse feita a condução de um debate público, qualificado sobre a retirada desses usos existentes, pois lhe parece que é um complexo de extrema importância para a Cidade, não só em relação ao patrimônio construído, mas em relação aos seus usos e ao histórico

desses usos. Acredita que é importante, também, conduzir, então, de uma forma participativa o futuro desses equipamentos. E, ainda, sobre a modelagem econômica desse PIU diz, que tal como em outros PIU's, em curso, na Prefeitura essa modelagem é extremamente vaga, não permitindo compreender com clareza quais são as métricas e finalidades que estão sendo propostas e se tratando de uma transformação em um espaço de tanta importância para a sociedade essa transparência é fundamental, dizendo também que não ouviu nenhuma menção sobre isso na apresentação. E acrescentou ainda que sobre as melhorias urbanísticas apresentadas foram citadas as conexões, qualificações paisagísticas, embora tenha ouvido alguns comentários, tal como, agora, o da Sandra sobre a falta de comprometimento com a questão de acessibilidade, de qualquer forma acredita que todas essas qualificações poderiam ser feitas, independente da mudança de uso ou de qualquer concessão sobre esse território. E finalizou fazendo duas perguntas, a primeira sendo relativa à qual regramento legal justificaria a ausência de um grupo gestor nesse PIU, conforme determina o Plano Diretor e, a segunda, também que se explicasse porque a cota de solidariedade está sendo planejada para ser cumprida pelo governo do Estado e não pelo empreendedor, pois lhe parece que há um grande desvirtuamento do instrumento urbanístico que está regrado pela nossa Lei, que é o Plano Diretor Municipal e finalizou, agradecendo. **87)** Com a palavra, a Conselheira titular da entidade Viva Pacaembu, Mariana Ferraz Kastrup, iniciou sua fala cumprimentando a todos e dizendo concordar com o que a Simone apresentou e o conselheiro Durval sobre a necessidade da revisão de um programa que contemple mais equipamentos esportivos, mais lazer e que beneficie mais o município e que se traduza em menos shopping, menos coisas que sejam para benefício do concessionário. E diz que gostaria de lembrar que no caso do Pacaembu foi feito um estudo referencial também, depois teve o regramento urbanístico do PIU e quando passou para o edital e o contrato assinado toda vez que aparece o estudo referencial ele consta entre parêntese como “não vinculante”, então toda vez que ele refere-se ao estudo referencial ele lembra que ele é não vinculante, de modo que fica tudo muito a critério do que o concessionário vai ter de sonhos para realizar como empreendimento naquele local, nesse sentido ela acredita que deveríamos sim nos ater mais a um programa específico que realmente tivesse benefícios ao município, seja para uso esportivo, como o Durval colocou, bem como o lazer. Por fim, ressaltou que gostaria de levantar alguns pontos que a proposta apresenta, tais como o

não pagamento da outorga onerosa e a cota de solidariedade. 1. Como dizer que não haverá pagamento de outorga onerosa, como se o equipamento não causasse impacto na região, como se a Cidade não tivesse que receber melhorias por esse impacto que esse empreendimento vai causar no entorno? 2. Com relação à cota de solidariedade por conta do Estado foi apresentado um estudo de referência que tem um coeficiente de aproveitamento de, aproximadamente, 1,35 e define um CA máximo de 2, lembrando que pelo que ela leu não terá pagamento de outorga onerosa. Ocorre que logo depois no item abaixo do quadro 6, parâmetros de uso, onde no item “a” se lê: “aplicam-se os incentivos de área não computáveis previstas no artigo 62 da Lei 16.402/2016 para as Zonas de Centralidade.” Sob esse aspecto significa então ele tem mais benefícios ali, por considerar, como se a ZOE virasse uma Zona de Centralidade e isso não está “batendo” com o que depois eles falam sobre fachada ativa, que eles dão uma reduzida, de modo, então, são muitos incentivos e o uso ficou muito em aberto. E conclui, dizendo a respeito da importância do Conselho Gestor que, segundo ela, é super necessário, porque haverá impacto, e, portanto tem que defender, pois ter um programa sim, e além de ser necessário tem que ser necessário e deve-se saber quando será implantando na Cidade, bem como o seu calendário de reuniões e finalizou, agradecendo. **88)** O presidente interveio para pedir escusas por ter “pulado” a Julieta, passando-lhe a palavra. **89)** A Conselheira titular do Movimento de Moradia 2, Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, representante da Associação Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste, agradeceu a oportunidade de palavra e iniciou sua fala dizendo que é do movimento de Moradias e que trabalha com mutirão com autogestão e são as famílias que decidem os projetos que elas querem, aonde serão as paredes, a porta, etc. E prosseguiu dizendo que é uma tristeza muito grande ver que esse Projeto do PIU pelo que ela leu e viu, acompanhando os slides, não tem a participação de pessoas, de pessoas mesmo, não só de funcionários públicos, não desmerecendo nenhum técnico que participou desse projeto, mas como já vimos o Durval, a Sandra, o pessoal questionando, de modo que quando as pessoas participam do Projeto ele sai melhor pensado, então isso é uma coisa que os deixa bastantes tristes, de forma que aí eles já pensam que o Conselho Gestor só virá para fazer a gestão de uma coisa que já foi construída, reforçando mais uma vez, a sua tristeza perante isso. Assim, gostaria de pedir que houvesse a participação popular nesses projetos para que eles se sintam munícipes de verdade, mas não só usuários, a fim de

decidir também sobre o que será colocado, esse é um dos pontos. E antes de encerrar ela informou que desejava também pedir ao Secretário uma fala de 1 minuto sobre um outro ponto, pedindo, desde logo, desculpas pelo que iria falar, pois sabe que iria depois receber muitas críticas pelo chat, mas pelo que “viu nos slides que foram apresentados, olhando de cima, uma parte do desenho que está no projeto está parecendo muito “Titanic” e sua preocupação é que no “Titanic” quem morreu primeiro foram as pessoas mais pobres que estavam lá embaixo e então tem que se ter um cuidado com esse “monstro” que criamos para ele não virar um “Titanic”, ou seja, para o PIU não morrer”, sendo esta a sua preocupação, e tendo a participação popular talvez isso não aconteça e finalizou sua fala.

90) Com a palavra, a Conselheira titular da Macrorregião Centro Stela Camargo Da Dalt, agradece a oportunidade e diz seguir a fala da Julieta, Mariana, Simone e gostaria de complementar também porque além da questão da participação social ser dispensada nesta minuta de PIU, a dispensa da cota de solidariedade pelo concessionário também vai contra a legislação do Plano Diretor porque ele não entra especificamente, nem dá a previsão de cada PIU ter uma adaptação específica do regramento que está contido no Decreto sobre os PIU's e no Plano Diretor, de modo então que esse PIU não está desvinculado de um regramento mais genérico, então os PIU's são Projetos de Intervenção Urbana, independente de qual instrumento urbanístico será usado para ele, o que está bem claro no texto do Plano Diretor e dos Decretos dos PIU's, mas gostaria de salientar para dois artigos na minuta do Decreto que é o artigo 7º que diz que “desde que mantida a titularidade municipal do imóvel abrangida pelo PRU Ginásio do Ibirapuera, o fator de planejamento será igual a 0 para fins de cálculo de contrapartida financeira”, então este desde que mantida a titularidade” e depois o parágrafo único que diz “em caso de transferência de titularidade do imóvel do Município para outros entes públicos ou privados aplicar-se-á o fator de planejamento de macroárea de urbanização consolidada”. De modo que então neste Decreto tem uma coisa que não estava em nenhum momento nesta apresentação que é a possibilidade de transferência de titularidade do Município ou do Estado, caso seja transferida para o Estado, mas para um privado, então isso é extremamente complicado, pois está no Decreto, mas em nenhum momento da apresentação, porque na verdade existe no Decreto a previsão de que ele seja vendido. Assim, concluiu, que tudo isto que se está discutindo não faz sentido, não tem função pública, se é de um privado, se será vendido, então para quê se vai fazer um PIU. E

prosseguiu dizendo o que o Estado irá fazer com um shopping, já que o que precisamos é de habitação social e isso o privado que irá usufruir dessa área e ter várias “benesses” ele é quem será obrigado a cumprir com isso e finaliza sua fala. **91)** Com a palavra, o Conselheiro titular da Macrorregião Oeste, Maurício Ramos, após agradecer e com relação as suas considerações diz seguir muito a fala dos seus antecessores, especialmente a do Durval, no que concerne ao fato de que o Ibirapuera sempre serviu como um centro de formação de atletas, inclusive, ganhou-se muitas medalhas por ter essa iniciativa que era do Governo, de estimular a formação de atletas, então em primeiro lugar precisa-se pensar nisso, salvaguardar esse tipo de iniciativa que propiciou que formássemos alguns atletas, inclusive, muitos dos seus amigos esportistas nadaram lá, enfim fizeram muitas atividades esportivas ali. E, já em um segundo momento, olhando mais a área técnica, pois como ele está muito ligado a essa questão das águas urbanas, uma das coisas que muito lhe preocupa é ver aqui “escrito em vermelho solos - sem limite de escavação, mediante anuência do CEUSO, técnica, sem rebaixamento do lençol freático”. E diz se preocupar demais com isso, vez que comparativamente usa o exemplo da sua região, quando foi feito o Plano Diretor Estratégico e colocaram o eixo de estruturação urbana, lá na área, de espigão, e nesse caso, eles acabaram construindo, dando licenciamento para muitos prédios em área de lençol freático e área de nascente urbana, de modo então que é preciso se olhar e avaliar bem o que se está fazendo e o que será feito, com a participação de técnicos na área ambiental, que validem, principalmente o CADES da Vila Mariana que está bem centrado nesta questão, para que eles possam olhar com mais cuidado esse tipo de intervenção urbana, posto que às vezes, esquecemos que o ambiente urbano consolidado tem que viver em harmonia com o meio ambiente, pois “a gente” já não aguenta, não respira mais, então é preciso preservar as águas urbanas, chamando assim a atenção para esse ponto, e assim, finaliza sua fala agradecendo a oportunidade. **92)** Com a palavra, o Conselheiro Suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, Francisco João Moreirão de Magalhães, iniciou sua fala dizendo que não usará, na realidade, o seu tempo, tendo em vista que as colegas que a antecederam já falaram bastante e entendem melhor do que ele, concordando com o que já foi dito, e que, na verdade, se inscreveu para que no final da reunião fosse lhe dado um minuto para levantar uma questão que gostaria de deixar registrada, que concerne a um assunto não pertinente a essa discussão, mas relativo a um

tema mais geral, qual seja: gostaria de levantar a questão, tal como Adilson já levantou, no que diz respeito ao fato de estarmos aqui em um Conselho Político e referindo-se ao Secretário, quando disse que tem que ser técnico, e não político, evidentemente, o que passou na cabeça de todo mundo é não ser político partidário e então prossegue dizendo que quer dizer o seguinte, não sabe o partido de ninguém, não quer saber, não quer saber crença religiosa, nem preferência sexual, mas sim que ouvir os argumento e pensar a respeito deles, que é o que só lhe interessa e prossegue afirmando que quando se está fazendo uma discussão num Conselho Político, uma discussão técnica, mas que também é política e se ouve um argumento de que não se pode ter argumentos políticos isso é apenas um cerceamento da discussão, o que gostaria de deixar registrado, pois é importante. E outro ponto a comentar é que reparou ao longo da reunião que o que não constava na Ata sobre aquela votação não teve a menor importância, mas sobre outra questão passou a ter importância vital que é a questão do PIU. De modo então que foram dois critérios na mesma reunião sobre o que estava na convocação. E por fim, ele gostaria de registrar que o aconteceu em 2013 não lhe diz respeito, apenas para ter mais conhecimento, porque, provavelmente, em 2013 nenhum dos Conselheiros que estão aqui hoje estavam lá e se houver algum é a minoria, então o argumento de que em 2013 foi decidido, foi usado o critério disto e daquilo, sinceramente, não tem qualquer validade, afinal estamos em 2021, sendo pois outro Conselho, funcionando de outra forma e conclui dizendo que gostaria de deixar isso consignado para constar em Ata e finaliza agradecendo a oportunidade da palavra. 93) O presidente ratifica que todas as colocações dos Conselheiros estarão registradas e consignadas em Ata, e diz que, embora, tenhamos visto uma grande preocupação, louvável e todas estarão registradas e consignadas em Ata, temos de considerar que a nossa elaboração de um Decreto propondo um PIU é porque aquela região se trata de uma ZOE e fomos provocados pelo Estado, o qual tem a concessão daquele espaço garantida por lei, sobre uma eventual intervenção naquele quadrilátero e para que isso aconteça, nós da Prefeitura temos que estabelecer os parâmetros para uma eventual intervenção ali, mas em momento algum o Decreto, que ele imagina que todos tiveram a oportunidade de ler, porque foi encaminhado a todos os Conselheiros, a Prefeitura disse ou fez menção a que tipo de uso será dado ou que tipo de construção do que, tendo apenas estabelecido os parâmetros com base num cenário referencial que deverá ser concretizado e proposto,

definitivamente, em um outro momento, pelo Estado. Sobre a questão judicial que está “sob judge” o que tem a colocar para os Conselheiros e todos os presentes é que ela não é referente ao PIU, mas sim sobre uma eventual concessão a ser feita pelo Estado, mas que não é matéria de discussão, aqui, inclusive, lá faz menção à necessidade de um PIU para que haja essa concessão, eventualmente. Sobre a escritura pública que a Conselheira Renata colocou informou que irá solicitar essa escritura pública e a encaminhará a todos os Conselheiros, conforme solicitação da Conselheira. E, ainda, quanto às atividades informou não caber a nós falarmos, neste momento, a respeito delas, sendo que apenas apresentamos os parâmetros, para um eventual empreendimento, restauro, intervenção naquela região, de modo que no momento oportuno iremos receber do Estado ou de quem ganhar uma eventual concessão o que se pretende fazer ali, de um projeto, que, eventualmente, passará por um processo de licenciamento onde serão analisados todos os critérios, todos os parâmetros de uso e ocupação do solo, todos os parâmetros estabelecidos pelo PIU, se estará sendo atendidas todas as regras de acessibilidade, bem como eventuais restrições do patrimônio histórico, pois é no momento do licenciamento do empreendimento que é que todos esses pontos serão deliberados. E reforçou que não poderia deixar de participar esse PIU ao CMPU, sendo que o próprio Estado solicitou. Sobre a cota de solidariedade não existe concessão, ainda. Esta se dará em outro momento. E, mais uma vez ratificou que o que se disse aqui é que se este cenário referencial for concretizado haverá necessidade da cota de solidariedade e o Estado irá modelar economicamente como será feito isto, de acordo com a legislação e para isso a cota de solidariedade será solicitada. Sobre a outorga onerosa há parecer da PGM manifestando-se sobre esse item e informa que também solicitará esse parecer e encaminhará aos Conselheiros para conhecimento. Lembrando, finalmente, que não estamos prevendo um corte no meio do parque, do terreno, de uma rua, mas sim estamos prevendo um calçadão, justamente para melhorar a caminhabilidade, trazendo um conforto maior para os frequentadores e para quem estiver ali. Destacou, mais uma vez, que esse é o PIU que estamos propondo e estabelecendo e embora tenha já sido feita consulta pública, caso os CONSELHEIROS queiram fazer outras considerações poderão nos encaminhar, o que estará sendo registrado. E por fim, esclareceu que por tratar-se de um PIU que estabelece parâmetros de uma ZOE não há exigência legal para a criação de um Grupo Gestor, até porque é outro objeto, outra matéria. Sobre esse assunto

apresentado, tivemos a oportunidade de falar, de modo que todas as considerações deste e dos outros itens estarão previstas em Ata. E, conforme combinado, passará a leitura da apuração dos votos, citando nome e entidade-conforme combinado, a saber: **Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL 3)**, Maria Tereza Gomes da Silva (titular); **Secretaria do Governo Municipal (SGM)**, Tatiana Regina Rennó Sutto (suplente); **Secretaria Municipal da Fazenda (SF)**, Guilherme Bueno Camargo (titular); **Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB)**, Ana Carolina Nunes Lafemina (titular); **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)**, Ana Claudia Carletto (titular); **Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)**, Elizabete França (Titular); **Secretaria Municipal de Transportes (SMT)**, Michele Perea Cavinato (Suplente); **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB)**, Marcos Monteiro (Titular); **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA**, Tamires Carla de Oliveira (Suplente); **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)**, Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot (Titular); **Secretaria Municipal de Tecnologia (SMIT)**, Paola Rivatto da Silva (Suplente); **São Paulo Urbanismo - SP Urbanismo**, Larissa Garcia Campagner (Titular); **Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP**, Sylvia Ammar Forato (Suplente); **Prefeitura Regional Macrorregião Norte 1**, Dario José Barreto (Titular); **Prefeitura Regional Macrorregião Oeste**, Caio Vinícius de Moura Luz (Titular); **Prefeitura Regional Macrorregião Centro**, Rodolpho Furlan Domingues (Suplente); **Prefeitura Regional Macrorregião Leste 1**, José Rubens Domingues Filho (Titular); **Prefeitura Regional Macrorregião Leste 2**, Lucas Santos Sorrillo (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 1**, Marina Correia da Silva (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2**, Simone Aparecida dos Santos Oliveira (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste**, Maurício Ramos de Oliveira (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1**, Ademilson Ferreira (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2**, Durval Tabach (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1**, Wellyene Gomes Bravo (Titular); **Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2**, Stela de Camargo Dalt (Titular); **Movimento de Moradia 1**, Edilson Henrique Mineiro (Titular); **Movimento de Moradia 2**, Julieta Aparecida Tolentino de Abraão (Titular); **Movimento de Moradia 4**, Moisés Santos Alves de Lucena (Titular); **Viva Pacaembu por São Paulo**, Mariana

Ferraz Kastrup (Titular); **Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista - SAAP**, Carlos Cruzelhes Filho (Titular); **Setor Empresarial 1**, Marcio Jeha Chéde (Titular); **Setor Empresarial 2**, Daniela Ferrari Toscano de Brito (Titular); **Setor Empresarial 4**, Eduardo Della Manna (Suplente); **Instituto Polis**, Danielle Cavalcanti Klintowitz (Titular); **Instituto Arquitetos do Brasil (IAB-SP)**, Simone Ferreira Gatti (Titular); **FAU MACKENZIE**, Viviane Manzione Rubio (Titular); **Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS)**, Clarice Reiter Menezes Degani (Titular); **Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT)**, Sandra Ramalho (Titular). Ato contínuo, o presidente informa que na contabilidade final ficou 21 votos favoráveis e 17 votos contrários, quando é interrompido pela Conselheira Renata Esteves, suplente do Roberto Rolnik Cardoso que afirma ter votado pelo chat, contrariamente. Seu voto foi registrado pelo chat às 16h08min. O presidente esclarece que o problema foi que o Sr. Roberto Rolnik Cardoso estava “online” e como os próprios Conselheiros disseram se o titular estiver presente, o suplente não terá direito a voto. Questionado por outra Conselheira que diz que eles entendem que é um voto por entidade, preferencialmente, do titular e, o titular não votando vota o suplente, o presidente responde que não, inclusive, que o conselheiro da Secretaria de Governo indagou a respeito do mesmo assunto e foi respondido pelos próprios Conselheiros que somente se o Titular não estivesse presente é que o voto do suplente poderia ser contemplado. A Conselheira Simone Ferreira Gatti, em réplica afirma que embora tenha sido dito, como a contabilização do voto, não alteraria o resultado da eleição, ela achava interessante contabilizar o voto da Conselheira presente. Então, o Presidente prossegue informando que, inclusive, votos do Governo não foram contabilizados, em razão do titular estar logado e o suplente também, quem acabava votando. De toda forma e para que não haja qualquer tipo de dúvida com relação aos votos informa que será feita uma postagem no site de todos os votos, inclusive, os que não foram contabilizados porque o titular estava logado e o suplente votou, em seu lugar, o que poderá ser acompanhado por todos e, na sequência, iremos, também encaminhar um e-mail para todos. Como exemplos de votos não contabilizados cita os da Secretaria Municipal de Justiça, os da Macrorregião Norte 2, bem como os da própria Secretaria de Licenciamento e Urbanismo (SMUL), da Rosane e Eliana. E para total transparência todos os votos que estavam logados e não foram contabilizados já estão no chat. Perguntado, ainda, pela conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz, se os votos de Tarcila Peres

Santos e Almeida, da Macrorregião Sul foram contabilizados, o presidente respondeu que não, inclusive, que está no chat os votos tanto do Governo quanto da Sociedade Civil que não foram contabilizados. Em tréplica, mais uma vez a Conselheira Renata Esteves afirma que no chat não consegue encontrar a participação do Sr. Roberto Rolnik, o qual lhe informou, todavia, que não participaria da reunião. É quando então o presidente diz que será apurado esse ponto específico que está sendo levantado e que, evidentemente, se houve algum erro por parte da equipe isso será corrigido, mas mesmo assim, caso isso seja procedente, não será alterado o resultado final. De todo modo disse que será feita essa prova real desses votos e será encaminhado para os conselheiros, conforme prometido. O Conselheiro Sr. João Moreirão pede, novamente, a palavra e solicita para que, nas próximas reuniões, o suplente logo de início se identifique, também, pois depois eles perdem acesso ao chat e não lêem nada do que está acontecendo e que ele está sem acesso. É quando o presidente esclarece que os suplentes participaram, inclusive com direito à palavra apenas, não de voto e que deverá ser vista a configuração dele, posto que não há qualquer bloqueio por parte da Administração ou da Secretaria Executiva, que faz a coordenação do sistema, nem para o titular, nem para o suplente ou até mesmo para convidados. De modo que quem teve acesso ao link e acessou e participou da reunião também teve acesso a todo o chat, a toda a conversa, enfim não houve nenhum bloqueio, e prossegue ao dizer que, então, têm que ser verificada a configuração do sistema do Conselheiro. Ato contínuo, o Conselheiro Carlos Cruzelhes Filho também registrou que estava no celular, inicialmente, tendo acesso no chat, mas prosseguiu dizendo que não conseguiu ter acesso a nada, apenas a uma manifestação que ele fez, mas que a um dado tempo da reunião o chat desapareceu, tanto que fez um voto oral, de modo que tem alguma coisa errada, não tendo conseguido enxergar nada, até agora, a nível de chat e de comentários. O Presidente, mais uma vez, esclareceu que realmente deve haver algum problema na configuração dos equipamentos e que a equipe está à disposição para auxílio, caso haja dúvidas e finalizou solicitando, que para manter a organização da reunião, todos abajassem as mãos e que ele daria um novo prazo de 30 segundos para quem quisesse se manifestar, antes do encerramento da reunião. 94) A Conselheira Julieta, com a palavra inicia sua fala dizendo que já participa a 30 anos de vários conselhos e que por várias vezes conseguiu que um Secretário interviesse por eles para conseguir uma agenda com o Prefeito e assim representando o Movimento Frente

São Paulo pela Vida e mais 500 entidades solicita ao Secretário que intervenha junto ao Prefeito para um agendamento de uma reunião com o Grupo Frente São Paulo pela Vida, porque ela acha que é importante ouvir o povo e essas 500 entidades respeitam o povo, e como bem disse o próprio Secretário o Plano Diretor é da Cidade de São Paulo e não só do CMPU, do Secretário, desta Secretaria, é também do prefeito e da Cidade que merecem ser escutado, razão pela qual faz essa reivindicação, e finalizou agradecendo mais uma vez, a oportunidade de palavra. **95)** Com a palavra, a Conselheira Viviane Manzione Rubio disse que gostaria de fazer uma pergunta, referindo-se diretamente ao Secretário que informou que os Conselheiros poderiam fazer alguns apontamentos acerca desta minuta de Resolução e então gostaria de saber se isso é possível e qual é o prazo. **96)** Com a palavra, a Conselheira Renata Esteves, diz que gostaria de chamar a atenção para o artigo 10,§ 2º, do Regimento Interno do CMPU que diz que todo representante tem direito a voto, não havendo distinção se esse voto deve ser dado pelo titular ou pelo suplente e então solicita a inclusão do seu voto, em nome da Assampalba. E informa, ainda, que gostaria de solicitar que o secretário se certifique acerca dos pedidos de inclusão no Extrato da Ata para que fossem realmente feitos, porque na publicação da Ata da Reunião 63, aquela que foi adiada houve pedidos específicos para inclusão no extrato da Ata e na publicação que saiu no DOC no dia 10 de abril não houve nenhuma inclusão das solicitações que foram feitas naquela reunião. É muito importante para a Sociedade Civil que essas inclusões sejam feitas para serem devidamente documentadas na publicação oficial, e inclusive, com relação a isso solicita que a publicação feita desse extrato de Ata da 63ª Reunião, 1ª parte, seja refeito para contemplar os pedidos que foram feitos de inclusão no extrato de Ata. **97)** Com a palavra, a Conselheira Simone Oliveira informa que gostaria de pontuar estar indignada com essa reunião. É a sua primeira participação em uma reunião da CMPU, sendo que já é Conselheira Coordenadora do CPM e já tiveram diversas divergências, mas que gostaria de pontuar que todos estão representando a Sociedade Civil e não só as necessidades das suas regiões, mas de toda a Cidade de São Paulo e pede então que venhamos a ter a compreensão um com o outro e a empatia pelo momento que a Cidade está vivendo e que não estamos aqui defendendo um partido político ou uma religião ou um lado ou outro, mas sim a população, as pessoas, o ser humano e então que cada um de “nós” tenha a consciência de quando estiver se reportando um ao outro de ter a delicadeza, a educação

e a gentileza de apresentar as regras, as normas, os Decretos com pontualidade e sem essa questão de briga de poderes e que devemos pensar no momento que a Cidade está passando e refletir naquilo que realmente é bom para a população, àquilo que é favorável a Cidade e que o prefeito possa sim ouvir todos que representam os Conselhos, as entidades, as instituições, concluindo “pontuar o que é mais importante, neste momento, decisões precisam ser tomadas, algumas realmente não podem esperar, economicamente a cidade precisa de algumas decisões, mas nós precisamos pensar no ser humano, nas pessoas e que cada um de nós tenhamos essa reflexão, porque quem está de fora e que assiste uma reunião como essa sente que nada vai para a frente, tudo para nem um processo anda, porque sempre vai ter alguém que não concorda com alguma coisa e que nós venhamos a pensar no Colegiado e não nas preocupações individuais”, agradecendo ao final pela oportunidade da palavra. **98)** Com a palavra, o Conselheiro Carlos Cruzelhes Filho inicia sua fala dizendo que chegou a conclusão de que reunião virtual não funciona e que esse tipo de participação é lamentável e que vai ao desencontro, porque mais de 500 associações já solicitou uma reunião com o Prefeito, mas reforça “que não está colocando, questionando a honestidade da votação, mas que deu para perceber que realmente não funciona, que acha que ficamos desde as 14h00min até agora perdendo tempo e que não agradou ninguém” e prossegue dizendo “que realmente estamos num processo difícil e o pessoal está querendo realmente botar a Cidade para fazer mudanças radicais, PDE e que, particularmente, acha que não é o momento e que reuniões virtuais não funcionam e que ficamos quatro, cinco, seis horas não olhando no olho e também não tendo a oportunidade realmente de expressar tudo àquilo que realmente estamos pensando” e pede “que tenhamos compaixão dos moradores da Cidade e uma sensibilidade de que não é o momento, realmente”. E prossegue dizendo que deixa claro que não votou em nada, porque esse Conselho é simplesmente consultivo e não deliberativo, então, nem falar em voto poderia se estar falando, simplesmente acha que essa reunião tem que ser anulada e a votação cancelada e que é uma falta de respeito para com a Cidade e para os habitantes que nela habitam, finalizando a sua colocação. **99)** A Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Wellyene Gomes Bravo, com a palavra diz que, primeiramente, gostaria que fosse colocada no Extrato da Ata a sua questão de ordem do início da reunião para que ficasse registrado; em segundo, que concorda com os colegas Simone e Carlos, no caso dela

como o da Simone, “é a sua primeira reunião, que realmente achou que era um Conselho Municipal para discutir políticas urbanas, mas quando vê que a Sociedade Civil que é a parte que está mais preocupada com as necessidades básicas, moradia, CPM, ficam se manifestando e todo um outro grupo que também é Sociedade Civil, que é ligado ao pessoal de empresas não se manifestam e entram na votação e colocam votos lá sem ter trazido para a discussão a sua forma de pensar se coloca em dúvida até que ponto, realmente, isso aqui é um Conselho, pois um Conselho é quando você troca informações, debates e se discute assuntos, o que lhe parece não acontecer”. Acrescentou que mesmo os funcionários indicados pelo Poder Público também à maioria não se manifestaram então para elas que estão entrando numa reunião querendo conversar, discutir, pensar juntos em relação ao que é melhor de políticas públicas urbanas percebemos que é muito desagradável tudo isso”. E, uma terceira questão que gostaria de falar é que seria importante colocar os nomes das pessoas e entidades por voto, pois eles são novos para conhecer quem é quem dentro do Conselho, embora saiba que tenha na página, mas como isso foi uma votação, apesar do Carlos ter dito que, a princípio, por lei ela não teria valor, mas já que ela tem valor seria importante tomar ciência disto e aguardam todas as documentações que o Secretário ficou de encaminhar, bem como os contatos para que eles possam enviar todas as suas manifestações para representação tanto com relação ao regimento interno, como na questão das Comissões que já foram formadas sem a participação deles, como eles agem e qual o procedimento neste processo para que se possa regularizar isso e poder se manifestar de forma adequada. Por fim, diz que volta a dizer a sua colocação inicial de que não é o momento, não é prioridade da Prefeitura Municipal de São Paulo a discussão do Plano Diretor Estratégico, já que mal temos o diagnóstico, mal se sabe o que foi implementado, muitas coisas nem foram implementadas então como fazer um diagnóstico em um momento deste, de modo que pede que refletissem, ouvissem a população e mesmo essa frente que está solicitando a reunião, agradecendo a oportunidade de fala. **100)** Ato contínuo, após todos os inscritos se manifestarem, o presidente disse ficar feliz com a discussão neste Conselho o que é um exemplo claro de democracia, onde todos tiveram oportunidade de expor as suas opiniões, posicionamentos e assim, dessa forma, com essas discussões, com essas conversas iremos poder construir, o que ele tem certeza, que é o melhor para a Cidade. Sentindo-se mais feliz ainda por ver o sucesso que foi essa reunião onde todos tiveram

oportunidade de falar, expressar o seu voto, o seu posicionamento. Com relação ao prazo que a Viviane perguntou ele pensa que ficaria razoável estipular a partir de amanhã o prazo de 15 dias para que os Conselheiros que quiserem encaminhar eventuais sugestões de alteração ao texto da resolução aprovada para que possamos receber e preparar para a próxima reunião uma devolutiva. Sobre o pedido do grupo para agenda com o prefeito ele já foi designado pelo prefeito para atender a essa agenda, ou seja, a realizar esta reunião, inclusive já respondeu ao grupo pedindo sugestões de datas, as quais lhe foram respondidas e estão apenas contabilizando as agendas entre a Secretaria e a Frente pela Vida, de modo que nos próximos dias essa reunião deverá acontecer, cientificando assim os Conselheiros disto. A Secretária Executiva já disponibilizou no site o e-mail para envio de contribuições e todo o material prometido será encaminhado para o e-mail de todos Conselheiros, agradecendo a participação de todos. Reforça, finalmente, que tudo aquilo que foi colocado, posicionado será colocado no Extrato da Ata para se dar publicidade e que tem certeza que desta maneira conseguimos elaborar uma melhor solução, proposta para São Paulo. Na sequência, é questionado pelo Conselheiro Carlos Cruzelhes Filho se a reunião acontecerá efetivamente, ele diz que como já respondeu, sim ela ocorrerá. Carlos então diz que essa reunião já havia sido solicitada há dois meses e não aconteceu. Então o presidente esclarece que na primeira vez que foi pedida ele respondeu, mas que disseram que queriam a reunião apenas com o prefeito. Na ocasião, inclusive, o prefeito estava hospitalizado. Nesse segundo pedido de reunião, ele, então, tomou a precaução de responder, por escrito, o pedido, com sugestão de agenda, e está sendo tratado pelo Túlio, Presidente do IAB, e Paulo, representante, na solicitação de agenda. A reunião acontecerá e estão somente ajustando o melhor dia tanto para o grupo como para o governo. Acrescenta ainda que será constada em Ata que foi solicitado sugestão de data para o Movimento Frente São Paulo pela Vida para que pudesse ter todas as entidades que assinaram essa frente, porque não queríamos estipular uma agenda da qual parte desse grupo não pudesse participar. Também foi aberto prazo de 15 (quinze) dias para que as(os) conselheiras(os) manifestem interesse e passem a integrar a Comissão interna do CMPU com a finalidade de acompanhar o processo participativo de revisão do Plano Diretor Estratégico. **Encerramento:** O Presidente, César Azevedo, agradeceu a contribuição e participação de todos e finalizou a reunião às 18h07min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES: SOCIEDADE CIVIL: MOVIMENTO DE MORADIA 3; CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES; CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (1) - (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS); SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (2) - (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE); SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIGABC); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DE SÃO PAULO (CONISUD); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI (CIMBAJU); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIOESTE); CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO
PRESIDENTE

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARIA TEREZA GOMES DA SILVA
TITULAR

LUIS OLIVEIRA RAMOS
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (1)

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

MARC BUJNICKI ZABLITH
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
TITULAR

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF

GUILHERME BUENO DE CAMARGO
TITULAR

RENATA DE ANDRADE LEAL
SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

ANA CLAUDIA CARLETTO
TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO - SEHAB

ELISABETE FRANÇA
TITULAR

ORLANDO LINDORIO DE FARIAS
SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

ROSÂNGELA VERÍSSIMO DA COSTA SARTORELLI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

INGRID SOARES SANTOS
TITULAR

TAÍS RIBEIRO LARA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO - SMDET

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

PAOLA RIVATTO DA SILVA

SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

FRANCISCO ROBERTO ARANTES FILHO
SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

SYLVIA AMMAR FORATO
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 1**

DARIO JOSÉ BARRETO
TITULAR

FERNANDO MARTINS SALLES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ
TITULAR

LEONARDO SAMPAIO PANGARDI
SUPLENTE
MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE
MACRORREGIÃO LESTE 1

JOSÉ RUBENS DOMINGUES FILHO
TITULAR
MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR
MACRORREGIÃO SUL 1

ADINILSON JOSÉ DE ALMEIDA
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO NORTE 1

MARINA CORREIA DA SILVA
TITULAR

FERNANDO RANGEL
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE 2

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
TITULAR

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
TITULAR

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR
MACRORREGIÃO LESTE 2

ADEMILSON FERREIRA
TITULAR
MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR
MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

ALEXANDRE LEITE PRAÇA MARX
SUPLENTE
MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FRANCISCO CLAUDIO DO NASCIMENTO
SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 1

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR
MOVIMENTO DE MORADIA 2

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
TITULAR

ANDRÉ DELFINO DA SILVA
SUPLENTE
MOVIMENTO DE MORADIA 4

MOISÉS SANTOS ALVES DE LUCENA
TITULAR
**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1
VIVA PACAEMBU**

MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR
**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 2
SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANALTO PAULISTA - SAPP**

CARLOS CRUZELHES FILHO
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES PELA PRESERVAÇÃO DO ALTO DA
LAPA E BELA ALIANÇA - ASSAMPALBA

ROBERTO ROLNIK CARDOSO
TITULAR

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

MARCIO JEHA CHÉDE
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA

SUPLENTE

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONG'S
INSTITUTO POLIS**

DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL
IAB**

SIMONE FERREIRA GATTI
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL
FAU MACKENZIE**

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CBCS**

CLARICE REITER MENEZES DEGANI
TITULAR

ELOISE TORRES AMADO
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR